

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	13
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	16
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	18
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	19
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	20
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	21
9. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO	22
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	24
11. FUNDOS VINCULADOS	26
12. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....	27
13. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	28
14. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	28
15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	28
16. ATIVOS DE CONTRATO.....	35
17. INVESTIMENTOS	37
18. IMOBILIZADO.....	49
19. INTANGÍVEIS	51
20. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	53
21. FORNECEDORES.....	54
22. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	55
23. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	56
24. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	61
25. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	62
26. PROVISÕES.....	63
27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	73
28. SUBSIDIÁRIAS COM PARTICIPAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NÃO CONTROLADORES.....	75
29. RECEITA	75
30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	80
31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	84
32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	86
33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	89
34. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL DA CEMIG D.....	104
35. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	104
36. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS.....	108
37. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	110

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	694.972	890.804	122.251	54.330
Títulos e valores mobiliários	6	863.480	703.551	227.901	80.781
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	7	4.563.661	4.091.722	344	5.813
Ativos financeiros e setoriais da concessão	15	1.123.888	1.070.384	-	-
Ativos de contrato	16	179.617	130.951	-	-
Tributos compensáveis	8	98.763	124.183	3.026	3.020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	632.581	386.668	137.985	41.274
Dividendos a receber	32	41.326	119.743	879.712	945.584
Fundos vinculados	11	15.809	90.993	129	129
Estoques		37.864	35.619	10	10
Adiantamento a fornecedores		30.006	6.785	-	-
Reembolso de subsídios tarifários	14	96.875	90.845	-	-
Subvenção baixa renda		29.195	30.232	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	215.996	69.643	-	-
Outros		415.439	507.918	11.459	13.801
		9.039.472	8.350.041	1.382.817	1.144.742
Ativos classificados como mantidos para venda	36	1.258.111	19.446.033	1.258.111	1.573.967
TOTAL DO CIRCULANTE		10.297.583	27.796.074	2.640.928	2.718.709
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	12.410	108.683	-	10.691
Adiantamento a fornecedores		10.075	87.285	-	-
Consumidores e revendedores e concessionários – Transporte de energia	7	80.496	80.889	-	-
Tributos compensáveis	8	6.307.667	242.356	490.925	3.672
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10a	2.103	5.516	410	2.401
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10c	1.958.047	2.146.863	618.415	809.270
Depósitos vinculados a litígios	13	2.534.074	2.501.512	308.039	326.345
Instrumentos financeiros derivativos	33	1.654.110	743.692	-	-
Contas a receber do Estado de Minas Gerais	12	237.763	245.566	237.763	245.566
Ativos financeiros e setoriais da concessão	15	4.991.510	4.927.498	-	-
Ativos de contrato	16	1.724.453	1.597.996	-	-
Investimentos	17	5.584.559	5.234.578	14.491.701	12.405.706
Imobilizado	18	2.560.405	2.661.585	1.635	2.250
Intangível	19	11.638.906	10.777.191	4.611	6.125
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	20a	297.471	-	4.808	-
Outros		171.040	697.389	22.846	35.756
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		39.765.089	32.058.599	16.181.153	13.847.782
TOTAL DO ATIVO		50.062.672	59.854.673	18.822.081	16.566.491

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Fornecedores	21	2.058.732	1.801.252	1.826	9.285
Encargos regulatórios	24	480.389	514.412	5.660	5.671
Participação dos empregados e administradores no resultado		109.662	78.759	5.344	4.813
Impostos, taxas e contribuições	22	334.055	409.825	3.831	45.014
Imposto de renda e contribuição social	10b	111.249	112.063	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	27e	767.326	863.703	765.244	861.420
Empréstimos, financiamentos e debêntures	23	2.769.520	2.197.566	-	-
Salários e contribuições sociais		252.265	283.730	12.204	17.446
Obrigações pós-emprego	25	280.841	252.688	23.328	13.774
Arrendamento	20b	93.523	-	2.711	-
Adiantamento de clientes	7	-	79.405	-	-
Valores a pagar a partes relacionadas	32	-	-	-	408.114
Outras obrigações		516.526	527.942	2.860	12.084
		7.774.088	7.121.345	823.008	1.377.621
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	36	-	16.272.239	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		7.774.088	23.393.584	823.008	1.377.621
NÃO CIRCULANTE					
Encargos regulatórios	24	162.505	178.525	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	23	12.414.787	12.574.262	47.550	45.081
Impostos, taxas e contribuições	22	2.047	29.396	91	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10c	918.977	728.419	-	-
Provisões	26	1.852.227	640.671	229.288	64.204
Obrigações pós-emprego	25	4.808.198	4.735.656	507.437	495.677
PIS/Pasep e Cofins a ser restituído a consumidores	22	4.154.916	1.123.680	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - opções	33b	451.767	419.148	-	-
Arrendamento	20b	212.613	-	2.227	-
Outras obrigações		98.912	92.005	5.183	5.189
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		25.076.949	20.521.762	791.776	610.151
TOTAL DO PASSIVO		32.851.037	43.915.346	1.614.784	1.987.772
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	27	7.293.763	7.293.763	7.293.763	7.293.763
Reservas de capital		2.249.721	2.249.721	2.249.721	2.249.721
Reservas de lucros		6.360.856	6.362.022	6.360.856	6.362.022
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.343.995)	(1.326.787)	(1.343.995)	(1.326.787)
Lucros acumulados		2.646.952	-	2.646.952	-
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	27	17.207.297	14.578.719	17.207.297	14.578.719
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		4.338	1.360.608	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.211.635	15.939.327	17.207.297	14.578.719
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		50.062.672	59.854.673	18.822.081	16.566.491

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	29	19.000.757	16.794.251	186.932	233
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	30				
Energia elétrica comprada para revenda		(8.154.308)	(8.576.061)	-	-
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.077.387)	(1.140.903)	-	-
Gás comprado para revenda		(1.100.302)	(897.903)	-	-
		(10.331.997)	(10.614.867)	-	-
OUTROS CUSTOS	30				
Pessoal e administradores		(774.523)	(770.661)	-	-
Materiais		(52.397)	(59.654)	-	-
Serviços de terceiros		(761.606)	(633.257)	-	-
Depreciação e amortização		(610.181)	(563.672)	-	-
Provisões operacionais		(1.130.822)	(44.719)	-	-
Custo de construção de infraestrutura		(806.728)	(592.206)	-	-
Outros		(58.764)	(61.182)	-	-
		(4.195.021)	(2.725.351)	-	-
CUSTO TOTAL		(14.527.018)	(13.340.218)	-	-
LUCRO BRUTO		4.473.739	3.454.033	186.932	233
DESPESAS OPERACIONAIS	30				
Despesas com Vendas		(228.361)	(227.789)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(443.395)	(470.180)	(61.718)	(52.744)
Despesas com Provisões Operacionais		(916.239)	(134.544)	(190.838)	(71.952)
Outras Despesas Operacionais		(611.163)	(407.489)	(46.994)	(40.972)
		(2.199.158)	(1.240.002)	(299.550)	(165.668)
Resultado de Equivalência Patrimonial	17	161.280	(75.986)	2.333.421	780.029
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		2.435.861	2.138.045	2.220.803	614.594
Receitas Financeiras	31	3.241.963	851.462	313.890	28.962
Despesas Financeiras	31	(1.668.727)	(2.038.792)	(23.119)	(13.457)
Resultado antes dos impostos		4.009.097	950.715	2.511.574	630.099
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10c	(1.308.654)	(379.231)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	(294.119)	91.117	(105.777)	41.998
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade		2.406.324	662.601	2.405.797	672.097
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas		224.067	35.648	224.067	25.634
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.630.391	698.249	2.629.864	697.731
Total do lucro líquido do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores					
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade		2.405.797	662.083	2.405.797	672.097
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas	36	224.067	35.648	224.067	25.634
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores		2.629.864	697.731	2.629.864	697.731
Participação dos acionistas não-controladores					
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade	28	527	518	-	-
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas não controladores		527	518	-	-
		2.630.391	698.249	2.629.864	697.731
Lucro básico e diluído por ação preferencial	27	1,80	0,48	1,80	0,48
Lucro básico e diluído por ação ordinária	27	1,80	0,48	1,80	0,48

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jul a Set/19	Jul a Set/18	Jul a Set/19	Jul a Set/18
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA LÍQUIDA	29	6.070.786	6.252.282	-	87
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	30				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(3.034.108)	(3.493.463)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(376.216)	(332.323)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(375.140)	(341.445)	-	-
		(3.785.464)	(4.167.231)	-	-
OUTROS CUSTOS	30				
Pessoal e Administradores		(240.250)	(238.401)	-	-
Materiais		(18.321)	(36.688)	-	-
Serviços de Terceiros		(248.930)	(219.286)	-	-
Depreciação e Amortização		(202.444)	(189.149)	-	-
Provisões Operacionais, líquidas		(1.029.995)	(42.818)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(341.503)	(208.563)	-	-
Outros		(26.969)	(19.954)	-	-
		(2.108.412)	(954.859)	-	-
CUSTO TOTAL		(5.893.876)	(5.122.090)	-	-
LUCRO BRUTO		176.910	1.130.192	-	87
DESPESAS OPERACIONAIS	30				
Despesas com Vendas		(101.383)	(60.232)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas		(157.357)	(157.063)	(24.832)	(18.306)
Despesas com Provisões Operacionais		(223.272)	(31.749)	(154.992)	6.237
Outras Despesas Operacionais		(110.487)	(151.164)	(14.201)	(11.427)
		(592.499)	(400.208)	(194.025)	(23.496)
Resultado de Equivalência Patrimonial		57.780	(49.753)	(339.410)	250.226
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		(357.809)	680.231	(533.435)	226.817
Receitas Financeiras	31	618.975	362.795	8.776	10.170
Despesas Financeiras	31	(852.766)	(695.493)	(4.668)	(10.372)
Resultado antes dos Impostos		(591.600)	347.533	(529.327)	226.615
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10c	(30.508)	(182.812)	97.959	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	116.207	65.543	(74.685)	3.429
Lucro líquido (prejuízo) do período proveniente de operações em continuidade		(505.901)	230.264	(506.053)	230.044
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas		224.067	14.276	224.067	14.276
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(281.834)	244.540	(281.986)	244.320
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores					
Lucro líquido (prejuízo) do período proveniente de operações em continuidade		(506.053)	230.044	(506.053)	230.044
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas	36	224.067	14.276	224.067	14.276
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuível aos acionistas controladores		(281.986)	244.320	(281.986)	244.320
Participação dos acionistas não-controladores	28				
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade		152	220	-	-
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas não controladores		152	220	-	-
		(281.834)	244.540	(281.986)	244.320
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial – R\$	27	(0,19)	0,17	(0,19)	0,17
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária – R\$	27	(0,19)	0,17	(0,19)	0,17

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.630.391	698.249	2.629.864	697.731
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	(1.316)	(416)	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre remensuração de planos de benefícios definidos	448	-	-	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	(1.093)	(416)
Outros	(231)	-	-	-
	<u>(1.099)</u>	<u>(416)</u>	<u>(1.093)</u>	<u>(416)</u>
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente à conversão de operações no exterior	-	-	-	8
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	8	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	2.629.292	697.841	2.628.771	697.323
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	2.628.771	697.323	2.628.771	697.323
Participação dos acionistas não-controladores	521	518	-	-
	<u>2.629.292</u>	<u>697.841</u>	<u>2.628.771</u>	<u>697.323</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2019	Jul a Set/2018	Jul a Set/2019	Jul a Set/2018
PREJUÍZO LÍQUIDO (LUCRO) DO PERÍODO	(281.834)	244.540	(281.986)	244.320
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	(229)	-
Outros	(231)	-	-	-
	<u>(231)</u>	<u>-</u>	<u>(229)</u>	<u>-</u>
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto referente a conversão de operações no exterior	-	-	-	8
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	8	-	-
	<u>-</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>8</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(282.065)	244.548	(282.215)	244.328
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	(282.215)	244.328	(282.215)	244.328
Participação dos acionistas não-controladores	150	220	-	-
	<u>(282.065)</u>	<u>244.548</u>	<u>(282.215)</u>	<u>244.328</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	7.293.763	2.249.721	6.362.022	(1.326.787)	-	14.578.719	1.360.608	15.939.327
Ajuste de exercícios anteriores em controladas em conjunto	-	-	-	-	(193)	(193)	-	(193)
Participação de não controladores (nota 28)	-	-	-	-	-	-	(1.356.791)	(1.356.791)
Reversão da reserva de incentivos fiscais referente a exercícios anteriores (1)	-	-	(1.166)	-	1.166	-	-	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	2.629.864	2.629.864	527	2.630.391
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(1.093)	-	(1.093)	(6)	(1.099)
Realização do custo atribuído	-	-	-	(16.115)	16.115	-	-	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019	7.293.763	2.249.721	6.360.856	(1.343.995)	2.646.952	17.207.297	4.338	17.211.635

(1) A ser deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária.

	Capital Social	Subscrição de ações a capitalizar	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	6.294.208	1.215.223	1.924.503	5.728.574	(836.522)	-	14.325.986	4.150	14.330.136
Adoção inicial CPC/48	-	-	-	-	-	(181.846)	(181.846)	-	(181.846)
Subscrição de ações a capitalizar	-	109.550	-	-	-	-	109.550	-	109.550
Integralização de capital	999.555	(999.555)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	(325.218)	325.218	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do período	-	-	-	-	-	697.731	697.731	518	698.249
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(408)	-	(408)	-	(408)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(351)	(351)
Realização de Reservas									
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	-	-	(24.932)	42.453	17.521	-	17.521
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2018	7.293.763	-	2.249.721	5.728.574	(861.862)	558.338	14.968.534	4.317	14.972.851

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2019	Jan a Set /2018	Jan a Set /2019	Jan a Set /2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período das operações em continuidade		2.405.797	662.083	2.405.797	672.097
Lucro líquido do período das operações descontinuadas		224.067	35.648	224.067	25.634
Lucro líquido do período – participação de não controladores		527	518	-	-
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa					
Impostos de renda e contribuição social diferidos	10c e d	294.119	(91.117)	105.777	(41.998)
Depreciação e amortização	30	723.322	619.104	3.668	761
Baixa de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível	15, 16,18 e 19	22.402	57.775	573	154
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos de contrato	16	(26.016)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	17	(161.280)	75.986	(2.333.421)	(780.029)
Atualização dos ativos financeiros e de contrato da concessão	15 e 16	(387.298)	(525.076)	-	-
Juros e variações monetárias		881.320	963.527	(1.518)	(35.988)
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS/Pasep e Cofins s/ICMS	9	(2.962.566)	-	(481.069)	-
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	23	429.299	781.297	-	-
Amortização de custo de transação de empréstimos e financiamentos	23	34.102	26.323	126	285
Provisões operacionais e perdas estimadas	30d	2.275.422	402.117	190.837	71.952
Provisão para ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia – Renova		(62.575)	(51.635)	-	-
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos – swap	31	(1.099.230)	(322.847)	-	-
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	15	(45.119)	(1.783.790)	-	-
Obrigações pós-emprego	25	348.415	303.832	35.097	32.984
		2.894.708	1.153.745	149.934	(54.148)
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores, revendedores e concessionários de energia		(699.907)	(510.468)	5.469	1.765
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros	15	110.709	568.432	-	-
Tributos compensáveis		3.443	(858.104)	(3.489)	380
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(18.950)	(31.689)	12.971	(4.526)
Depósitos vinculados a litígios		310	(59.786)	26.283	18.042
Dividendos recebidos		187.052	235.163	271.621	598.485
Ativos financeiros da concessão e de contrato	15 e 16	286.130	1.645.708	-	-
Adiantamento a fornecedores		53.989	(55.383)	-	-
Outros		4.349	43.512	15.069	2.098
		(72.875)	977.385	327.924	616.244
Aumento (redução) de passivos					
Fornecedores		257.480	57.666	(7.459)	(257)
Impostos, taxas e contribuições		(155.462)	(131.409)	(41.092)	6.237
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1.308.654	408.780	-	2.930
Salários e contribuições sociais		(31.465)	27.938	(5.242)	4.231
Encargos regulatórios		(50.043)	(84.304)	(11)	5.837
Adiantamento de clientes		(80.862)	(152.050)	-	-
Obrigações pós-emprego	25	(247.720)	(222.509)	(13.783)	(11.873)
Outros		(84.472)	(73.863)	(34.336)	(14.691)
		916.110	(169.751)	(101.923)	(7.586)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais					
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures	23	(845.994)	(834.053)	(24.345)	(787)
Juros sobre arrendamentos	20	(27.630)	-	(420)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.525.181)	(379.628)	(102.869)	(151)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos (Swap)		34.138	12.981	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais em continuidade					
		1.373.276	760.679	248.301	553.572
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais descontinuadas		(224.067)	15.623	(224.067)	17.676
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		1.149.209	776.302	24.234	571.248

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Em títulos e valores mobiliários – aplicação financeira		(43.316)	443.654	(107.155)	43.738
Fundos vinculados		75.184	(6.814)	-	(4.949)
Em investimentos	17				
Aporte em investidas		(29.049)	(176.632)	(16.102)	(1.109.105)
Caixa oriundo de incorporação		-	-	22.444	428
Em imobilizado	18	(45.204)	(50.661)	(45)	-
Em intangível e ativos de contrato – infraestrutura de distribuição e gás	19	(1.526.614)	(563.470)	-	(182)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		(1.568.999)	(353.923)	(100.858)	(1.070.070)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento das operações descontinuadas	36	625.000	(7.631)	625.000	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(943.999)	(361.554)	524.142	(1.070.070)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
Obtenção de empréstimos e Debêntures	23	4.476.722	2.443.878	-	-
Subscrição de ações a capitalizar	27	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos a acionista controlador		(78.974)	(396)	(78.284)	(10)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas		-	-	(400.234)	400.000
Aumento de capital		-	109.550	-	109.550
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	23	(4.750.192)	(2.504.654)	-	(9.416)
Arrendamentos pagos	20	(48.598)		(1.937)	
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(401.042)	48.378	(480.455)	500.124
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(195.832)	463.126	67.921	1.302
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	890.804	1.030.257	54.330	38.672
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	694.972	1.493.383	122.251	39.974

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Set/2019		Jan a Set/2018		Jan a Set/2019		Jan a Set/2018	
RECEITAS								
Venda de energia, gás e serviços	25.583.650		24.478.915		4.915		257	
Receita de construção de distribuição	656.570		579.480		-		-	
Receita de construção de transmissão	150.158		12.726		-		-	
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga	244.069		245.730		-		-	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	10.689		3.875		-		-	
Receita de indenização de transmissão	124.057		208.164		-		-	
Receita de indenização de geração	-		82.331		-		-	
Créditos de PIS/Pasep e Cofins (Nota 9)	1.438.563		-		-		-	
Investimento em imobilizado	17.688		52.513		-		-	
Outras receitas	26.249		7.219		-		-	
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(228.361)		(227.789)		-		-	
	28.023.332		25.443.164		4.915		257	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia elétrica comprada para revenda	(8.917.030)		(9.391.800)				-	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.202.176)		(1.271.326)				-	
Serviços de terceiros	(1.183.835)		(1.036.667)		(30.117)		(17.327)	
Gás comprado para revenda	(1.397.209)		(1.129.295)				-	
Materiais	(463.153)		(320.372)		(189)		(1.101)	
Outros custos operacionais	(2.300.801)		(410.121)		(194.626)		(76.835)	
	(15.464.204)		(13.559.581)		(224.932)		(95.263)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	12.559.128		11.883.583		(220.017)		(95.006)	
RETENÇÕES	(723.322)		(619.104)		(3.668)		(761)	
Depreciação e amortização								
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	11.835.806		11.264.479		(223.685)		(95.767)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	224.067		35.648		224.067		25.634	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de equivalência patrimonial	161.280		(75.986)		2.333.421		780.029	
Receitas financeiras	3.241.963		851.462		313.890		28.962	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	15.463.116		12.075.603		2.647.693		738.858	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	1.371.794	8,87	1.178.568	9,77	64.408	2,43	61.658	8,34
Remuneração direta	886.157	5,73	755.504	6,26	25.872	0,98	25.933	3,51
Obrigações pós-emprego e outros benefícios	417.571	2,70	349.619	2,90	36.246	1,37	32.766	4,43
FGTS	46.575	0,30	47.779	0,40	1.382	0,05	1.138	0,15
Programa de desligamento voluntário	21.491	0,14	25.666	0,21	908	0,03	1.821	0,25
Impostos, taxas e contribuições	9.766.555	63,16	8.065.427	66,79	(71.179)	(2,69)	(37.804)	(5,11)
Federais	5.227.783	33,81	4.094.793	33,91	(73.045)	(2,76)	(38.382)	(5,19)
Estaduais	4.527.054	29,27	3.960.135	32,79	1.252	0,05	283	0,04
Municipais	11.718	0,08	10.499	0,09	614	0,02	295	0,04
Remuneração de capitais de terceiros	1.694.376	10,96	2.133.359	17,66	24.600	0,93	17.273	2,34
Juros	1.684.687	10,89	2.060.541	17,06	23.119	0,87	13.457	1,82
Aluguéis	9.689	0,07	72.818	0,60	1.481	0,06	3.816	0,52
Remuneração de capitais próprios	2.630.391	17,01	698.249	5,78	2.629.864	99,33	697.731	94,43
Lucros retidos	2.629.864	17,01	697.731	5,78	2.629.864	99,33	697.731	94,43
Participação dos não-controladores nos Lucros retidos	527	-	518	-	-	-	-	-
	15.463.116	100,00	12.075.603	100,00	2.647.693	100,00	738.858	100,00

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço em Belo Horizonte/MG. Constituída com o propósito principal de atuar como holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Incorporação das subsidiárias integrais Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) e Luce Empreendimentos e Participações S.A. (“LEPSA”)

Em 24 de abril de 2019 a Companhia concluiu a incorporação de suas subsidiárias integrais RME e LEPSA, pelo valor patrimonial contábil, com a consequente extinção destas e sucessão, pela Companhia, em todos os seus bens, direitos e obrigações.

Com a extinção da RME e da LEPSA, ocorre, também, de forma imediata e automática, a perda de objeto e a extinção das obrigações assumidas no Acordo de Acionistas da Light S.A. (“Light”).

A seguir são apresentados os balanços patrimoniais resumidos da RME e LEPSA utilizados para a incorporação na data base de 31 de março de 2019:



	RME	LEPSA		RME	LEPSA
Ativo			Passivo		
Circulante	55.858	10.080	Circulante	-	4.979
Não Circulante	377.184	451.003	Não Circulante	-	-
			Patrimônio Líquido	433.042	456.104
Total do Ativo	433.042	461.083	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	433.042	461.083

A incorporação foi aprovada pelas Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2019.

Por se tratar de incorporação de subsidiária integral, não houve aumento de capital, nem a necessidade de emissão de novas ações da Companhia. Adicionalmente, a incorporação não alterou a participação da CEMIG já detida no capital da Light naquela data.

Alienação de participação e controle da Light

Em 17 de julho de 2019, a Light S.A. encerrou a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de sua emissão, ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, realizada em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

No âmbito da Oferta Pública, foram colocadas, pela Light S.A., (i) 100.000.000 de novas Ações (“Oferta Primária”), com o consequente aumento de seu capital social, e (ii) 33.333.333 de Ações de sua emissão e de titularidade da Companhia ao preço por ação de R\$18,75.

Com a liquidação da Oferta Restrita, a participação da Companhia no capital social total da Light S.A. foi reduzida de 49,99%, para 22,58%, o que limitou o seu direito de voto nas assembleias dos acionistas e, consequentemente, a sua capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Assim, nessa data, com a alteração da participação societária da Light, a Companhia perdeu o poder que lhe garantia o controle sobre esta investida. Nessas circunstâncias, em conformidade ao IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas, a investida deixou de se enquadrar no conceito de controlada, passando a não mais ser consolidada nas demonstrações financeiras da Companhia.

Uma vez que a Companhia mantém o compromisso firme de alienação da participação remanescente na Light, o investimento nesta empresa permaneceu classificado como ativo mantido para venda de acordo com as previsões estabelecidas no CPC 31 / IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Para mais detalhes, consultar nota explicativa nº 36.



2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* nº 34, *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 cujos efeitos encontram-se apresentados na nota explicativa nº 2.2 destas informações contábeis intermediárias.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias consolidadas devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2019.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias em 11 de novembro de 2019.

2.2 Adoção de novos pronunciamentos a partir de 1º de janeiro de 2019

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do IFRS 16/CPC 06 (R2). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas fizeram a análise da aplicação inicial do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2019 e adotaram as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do método retrospectivo modificado e, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16/CPC 06 (R2), não reapresentou as informações e saldos em base comparativa.

A Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação detalhada dos impactos da adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) com base nos seguintes contratos afetados:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas consideraram o ativo de direito de uso pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2), sendo os impactos desta, em 1º de janeiro de 2019, apresentados a seguir:

	Consolidado	Controladora
Ativo - Direito de uso	342.450	19.844
Passivo - Obrigações referentes a arrendamentos operacionais	(342.450)	(19.844)

Nas tabelas a seguir, é apresentado o impacto da adoção do IFRS 16/CPC 06 R2 no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2019 e na demonstração de resultados para os períodos de três e nove meses findos naquela data:

Balanços Patrimoniais	Consolidado			Controladora		
	30/09/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 R2	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 R2	30/09/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 R2	30/09/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 R2	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 R2	30/09/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 R2
Ativo circulante	10.297.583	-	10.297.583	2.640.928	-	2.640.928
Ativo não circulante	39.464.762	300.327	39.765.089	16.176.301	4.852	16.181.153
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.036.214	2.856	1.039.070	618.371	44	618.415
Direito de uso - Arrendamento	-	297.471	297.471	-	4.808	4.808
Outros ativos não circulantes	38.428.548	-	38.428.548	15.557.930	-	15.557.930
Passivo circulante	7.680.565	93.523	7.774.088	820.297	2.711	823.008
Passivo de arrendamentos	-	93.523	93.523	-	2.711	2.711
Outros passivos circulantes	7.680.565	-	7.680.565	820.297	-	820.297
Passivo não circulante	24.864.336	212.613	25.076.949	789.549	2.227	791.776
Passivo de arrendamentos	-	212.613	212.613	-	2.227	2.227
Outros passivos não circulantes	24.864.336	-	24.864.336	789.549	-	789.549
Patrimônio líquido	17.217.444	(5.809)	17.211.635	17.207.383	(86)	17.207.297
Lucros Acumulados	2.652.761	(5.809)	2.646.952	2.647.038	(86)	2.646.952
Outras contas do Patrimônio Líquido	14.564.683	-	14.564.683	14.560.345	-	14.560.345

Demonstração do Resultado do Período	Consolidado			Controladora		
	Jan a Set/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Jan a Set/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Jan a Set/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Jan a Set/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE						
RECEITA LÍQUIDA	19.000.757	-	19.000.757	186.932	-	186.932
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(16.745.141)	18.965	(16.726.176)	(299.840)	290	(299.550)
Resultado de equivalência patrimonial	161.280	-	161.280	2.333.421	-	2.333.421
Resultado financeiro, líquido	1.600.866	(27.630)	1.573.236	291.191	(420)	290.771
Imposto de renda e contribuição social	(1.605.629)	2.856	(1.602.773)	(105.821)	44	(105.777)
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade	2.412.133	(5.809)	2.406.324	2.405.883	(86)	2.405.797

Demonstração do Resultado do Período	Consolidado			Controladora		
	Jul a Set/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Jul a Set/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Jul a Set/2019 sem adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Ajuste IFRS 16 /CPC 06 (R2)	Jul a Set/2019 com adoção do IFRS 16 /CPC 06 (R2)
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE						
RECEITA LÍQUIDA	6.070.786	-	6.070.786	-	-	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(6.492.168)	5.793	(6.486.375)	(193.926)	(99)	(194.025)
Resultado de equivalência patrimonial	57.780	-	57.780	(339.410)	-	(339.410)
Resultado financeiro, líquido	(224.493)	(9.298)	(233.791)	4.242	(134)	4.108
Imposto de renda e contribuição social	84.589	1.110	85.699	23.195	79	23.274
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade	(503.506)	(2.395)	(505.901)	(505.899)	(154)	(506.053)

IFRIC 23/ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas adotaram a interpretação a partir dessa data e analisaram os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia e suas controladas a riscos materialmente prováveis de perda. A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia e suas controladas tiveram alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

2.3 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2018	30/09/2019	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	3	Princípios de consolidação
4	4	Das concessões e autorizações
5	35	Segmentos operacionais
6	5	Caixa e equivalentes de caixa
7	6	Títulos e valores mobiliários
8	7	Consumidores e revendedores e concessionários de transportes de energia
9	8	Tributos compensáveis
-	9	Crédito de PASEP/COFINS sobre ICMS – Ação Judicial com trânsito em julgado
10	10	Imposto de renda e contribuição social
11	11	Fundos vinculados
12	12	Contas a receber do Estado de Minas Gerais
13	13	Depósitos vinculados a litígios
14	14	Reembolso de subsídios tarifários
15	15	Ativos e passivos financeiros da concessão
16	16	Ativos de contrato
17	17	Investimentos
18	18	Imobilizado
19	19	Intangível
-	20	–Operações de arrendamento mercantil
20	21	Fornecedores
21	22	Impostos, taxas e contribuições e imposto de renda e contribuição social
22	23	Empréstimos, financiamentos e debêntures
23	24	Encargos regulatórios
24	25	Obrigações pós-emprego
25	26	Provisões
26	27	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
27	28	Subsidiárias com participações significativas de não controladores
28	29	Receita
29	30	Custos e despesas operacionais
30	31	Receitas e despesas financeiras
31	32	Transações com partes relacionadas
32	33	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
36	34	Reajuste tarifário anual da Cemig D
33	36	Ativos e passivos classificados como mantidos para venda e resultado de operações descontinuadas
37	37	Transações não envolvendo caixa
38	38	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número	Título das Notas Explicativas
34	Seguros
35	Obrigações Contratuais

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas, utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas e indiretas nas controladas, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	30/09/2019			31/12/2018		
	Forma de Avaliação	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Forma de Avaliação	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Gasmig	Consolidação	99,57	-	Consolidação	99,57	-
Cemig Geração Distribuída (Usina Térmica Ipatinga)	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Efficientia	Consolidação	100,00	-	Consolidação	100,00	-
Luce Empreendimentos e Participações S.A. (1)	-	-	-	Consolidação	100,00	-
Rio Minas Energia e Participações (1)	-	-	-	Consolidação	100,00	-
Light (2)	Ativo mantido para venda	22,58	-	Consolidação	26,06	23,93
LightGer (3)	Equivalência patrimonial	-	49,00	Consolidação	-	74,49
Guanhães (3)	Equivalência patrimonial	-	49,00	Consolidação	-	74,49
Axxion (4)	Equivalência patrimonial	49,00	-	Consolidação	49,00	25,49
UHE Itaocara (3)	Equivalência patrimonial	-	49,00	Consolidação	-	74,49

(1) Empresas incorporadas pela Companhia em 24 de abril de 2019.

(2) A partir da liquidação da oferta restrita encerrada em 17 de julho de 2019, a participação da Companhia no capital social da Light, que era de 49,99% em 30 de junho de 2019, passou a ser de 22,58%. Essa transação resultou em perda de controle da Companhia sobre a investida, que reconheceu o investimento remanescente na Light, no balanço consolidado, como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, de acordo com o CPC 18. Adicionalmente, em atendimento ao CPC 31, o investimento foi transferido para o ativo mantido para venda, considerando que permanece a intenção firme da Companhia em alienar a participação remanescente. Mais informações nas notas explicativas 1, 17 e 36.

(3) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía participação indireta na Light Ger, Guanhães e Itaocara de 74,49%, sendo 49% via Cemig GT e 25,49% via Light. A partir da perda de controle da Light, a Companhia deixou de deter controle sobre essas investidas e a participação indireta remanescente via Cemig GT passou a ser avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias, em conformidade ao CPC 18. Mais informações nas notas explicativas 17 e 36.

(4) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía participação direta e indireta (via Light) na Axxion de 49% e 25,49%, respectivamente. A partir da perda de controle da Light, a Companhia deixou de deter controle sobre essa investida e a participação direta remanescente passou a ser avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias consolidadas, em conformidade ao CPC 18. Mais informações nas notas explicativas 17 e 36.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm junto à Aneel as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão/autorização	Contrato de concessão/autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO DE ENERGIA			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	07/2025
Salto Voltão (1)			10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Três Marias (2)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (2)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (2)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (2)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (2)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (2)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (2)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (3)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (3)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO DE ENERGIA			
Rede Básica (4)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (4)	Cemig GT	79/2000	10/2030
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA (5)			
	Cemig D	002/1997 003/1997 004/1997 005/1997	12/2045
DISTRIBUIÇÃO DE GÁS (5) (6)			
	Gasmig	Lei Estadual 11.021/1993	01/2053

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12, sendo estas classificadas como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do PROINFA. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC.47 são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- Referem-se a contratos de concessão que estão dentro do escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e cujos ativos de infraestrutura em serviço encontram-se registrados de acordo com o modelo bifurcado em ativo intangível e ativo financeiro, e a infraestrutura em construção é classificada como ativos de contrato, em atendimento ao CPC 47.
- Em 14 de dezembro de 2018, por meio do Ofício SEDECTES/SMEL nº. 22/2018, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (“SEDECTES” ou “poder concedente”) apresentou estudo, elaborado pela FGV, para o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Gasmig, embasado também em consulta efetuada à Advocacia Geral do Estado (AGE). Em 19 de setembro de 2019, foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que representa a conclusão do processo de reequilíbrio econômico-financeiro, o qual assegura à Gasmig a extensão do prazo de vigência da sua concessão até o ano de 2053. Mais informações podem ser consultadas na nota explicativa nº 10 – Ativos intangíveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Contas bancárias	97.157	107.516	4.397	7.602
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (1)	494.318	555.008	90.666	21.534
Overnight (2)	103.497	228.280	27.188	25.194
	597.815	783.288	117.854	46.728
	694.972	890.804	122.251	54.330

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que variam entre 75% a 106% em 30 de setembro de 2019 (40% a 106% em 31 de dezembro de 2018) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.
- (2) As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 5,39% em 30 de setembro de 2019 (6,39% em 31 de dezembro de 2018) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 33.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Aplicações Financeiras				
Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (4)	249	-	46	-
Letras Financeiras (LFs) – Bancos (1)	656.540	434.735	172.465	47.979
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) (2)	196.977	253.868	51.743	28.018
Debêntures (3)	8.968	11.292	3.188	4.129
Outros	746	3.656	459	655
	863.480	703.551	227.901	80.781
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (4)	-	240	-	44
Letras Financeiras (LFs) - Bancos (1)	12.410	108.443	-	10.647
	12.410	108.683	-	10.691
	875.890	812.234	227.901	91.472

- (1) As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 101,95% a 113% do CDI em 30 de setembro de 2019 (102% a 111,25% em 31 de dezembro 2018).
- (2) As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- (3) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 149,8% do CDI em 30 de setembro 2019 (104,25% a 151% em 31 de dezembro de 2018).
- (4) Os Certificados de Depósito Bancário – (CDB) são remunerados a um percentual de 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), em 30 de setembro 2019 (80% em 31 de dezembro 2018), conforme operação.

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 33.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	CONSOLIDADO					30/09/2019	31/12/2018
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias			
Fornecimento de energia faturado	1.552.056	731.697	433.619	544.511		3.261.883	2.988.791
Fornecimento de energia não faturado	1.125.417	-	-	-		1.125.417	1.048.261
Suprimento a outras concessionárias	4.537	23.870	13.385	623		42.415	46.978
Suprimento a outras concessionárias não faturado	212.315	-	-	-		212.315	281.655
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	-	419.405	-	-		419.405	165.720
Concessionários – transporte de energia faturado	80.713	9.169	8.050	76.874		174.806	180.036
Concessionários – transporte de energia não faturado	248.354	-	-	-		248.354	212.338
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(197.502)	(29.725)	(42.693)	(570.518)		(840.438)	(751.168)
	3.025.890	1.154.416	412.361	51.490		4.644.157	4.172.611
Ativo Circulante						4.563.661	4.091.722
Ativo não Circulante						80.496	80.889

	CONTROLADORA					30/09/2019	31/12/2018
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos há mais de 361 dias			
Fornecimento faturado (serviços de telecomunicações)	19	9	1.259	21.235		22.522	25.843
Fornecimento não faturado	106	-	-	-		106	2.254
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.130)	(21.154)		(22.284)	(22.284)
	125	9	129	81		344	5.813
Ativo Circulante						344	5.813

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito relacionada a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 33.

O ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado	30/09/2019	31/12/2018
Residencial	142.509	136.866
Industrial	190.547	171.732
Comércio, serviços e outras	189.831	188.819
Rural	36.277	33.517
Poder público	196.513	119.571
Iluminação pública	2.017	5.615
Serviço público	27.959	27.318
Encargos de uso de rede – TUSD	54.785	67.730
	840.438	751.168

A movimentação do ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no período é como segue:



Consolidado	30/09/2019	30/09/2018
Saldos iniciais	751.168	567.956
Adoção inicial IFRS9 / CPC 48	-	150.114
Constituições líquidas (nota 29 d)	228.361	227.789
Baixas	(139.091)	(182.707)
Saldos finais	840.438	763.152

Adiantamentos de clientes

A Cemig GT e Cemig D receberam de determinados clientes adiantamentos pela venda de energia, sendo que o saldo da obrigação referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

	30/09/2019	30/09/2018
Saldos iniciais	79.405	232.762
Baixa	(80.862)	(152.050)
Atualização financeira (nota 31)	1.457	9.184
Saldos finais	-	89.896

A receita de venda de energia antecipada foi reconhecida no resultado na efetiva entrega, quando as obrigações de desempenho foram cumpridas.

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Circulante				
ICMS a recuperar	72.067	79.956	2.778	2.778
PIS/Pasep	2.182	4.150	20	20
Cofins	5.333	21.463	125	125
Outros	19.181	18.614	103	97
	98.763	124.183	3.026	3.020
Não Circulante				
ICMS a recuperar	262.093	239.789	1.862	1.862
PIS/Pasep	1.097.560	3	106.417	3
Cofins	4.945.788	12	380.851	12
Outros	2.226	2.552	1.795	1.795
	6.307.667	242.356	490.925	3.672
	6.406.430	366.539	493.951	6.692

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após setembro de 2020.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins registrados no ativo não circulante são referentes aos valores pagos dessas contribuições incluindo o ICMS à sua base de cálculo. Mais informações na nota explicativa nº 9.



9. CRÉDITOS DE PIS/PASEP E COFINS SOBRE ICMS – AÇÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO

Em 16 de julho de 2008, a Cemig, Cemig GT e Cemig D ajuizaram Ação Ordinária requerendo a declaração da inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos 10 anos, a contar do ajuizamento da ação, com correção pela taxa Selic.

Em julho de 2008, a Companhia e suas controladas mencionadas obtiveram liminar e passaram a realizar depósitos judiciais relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins. A Companhia e suas controladas mantiveram esse procedimento de agosto de 2008 até agosto de 2011 e, a partir dessa data, apesar de continuarem a questionar judicialmente a base de cálculo, optaram por recolher mensalmente as contribuições.

Em outubro de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. Em 2017, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia e suas controladas baixaram os passivos correspondentes aos valores depositados em juízo entre 2008 e 2011, e foi constituído um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores do segmento de distribuição.

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Cemig, Cemig D e Cemig GT, com decisão favorável às autoras, reconhecendo o direito destas empresas excluírem o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Em 11 de junho de 2019, considerando o trânsito em julgado da ação, as Companhias solicitaram a liberação dos depósitos judiciais, no valor total de R\$1.381.214, ainda pendente de deliberação judicial.

Adicionalmente, transitaram em julgado, com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída e UTE Barreiro.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos a serem recebidos pela Cemig D devem ser objeto de restituição aos seus consumidores, considerando um período máximo de 10 anos aplicável ao cálculo de tal devolução. Sendo assim, a Cemig D constituiu um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores que compreende o período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização.

Os valores referentes aos créditos da Cemig D que deverão ser restituídos aos consumidores a partir da efetiva compensação dos créditos fiscais, ainda pendentes de habilitação pela Receita Federal, deverão ser objeto de discussão junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de ressarcimento.

A Companhia possui duas formas de recuperação do crédito tributário: (i) compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, de PIS/Pasep e Cofins, dentro do prazo prescricional de 5 anos; ou (ii) recebimento de precatórios do Governo Federal.

Em relação à Cemig D e Cemig GT, os créditos serão compensados, com o objetivo de acelerar a recuperação. Em relação à Companhia, será priorizado o recebimento dos créditos por meio de precatórios, considerando que esta não tem recolhimentos mensais de PIS/Pasep e Cofins que permitam a compensação.

Segue abaixo a apresentação dos efeitos contábeis relativos ao reconhecimento dos créditos fiscais de PIS/Pasep e Cofins, incluindo sua atualização pela Selic, e dos valores a serem restituídos aos consumidores em 30 de setembro de 2019:

Créditos de Pasep/Cofins	Cemig	Cemig D	Cemig GT	Demais investidas (4)	Total
Efeitos no balanço patrimonial					
Tributos compensáveis (Jul/2003 a Mai/2019)	487.253	4.883.200	646.471	26.410	6.043.334
Valores a serem restituídos a consumidores (1)	-	(3.007.286)	-	-	(3.007.286)
Impostos, taxas e contribuições (2)	(3.489)	(42.578)	(6.035)	(241)	(52.343)
IR/CS	(164.480)	(623.334)	(217.748)	(8.897)	(1.014.459)
Patrimônio líquido	319.284	1.210.002	422.688	17.272	1.969.246
Efeitos no Resultado do Período					
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (3)	183.595	830.333	408.612	16.023	1.438.563
Receita financeira (5)	303.658	1.023.377	237.859	10.387	1.575.281
PIS/Pasep e Cofins sobre receita financeira (5)	(3.489)	(20.374)	(6.035)	(241)	(30.139)
Imposto de renda e contribuição social	(164.480)	(623.334)	(217.748)	(8.897)	(1.014.459)
	319.284	1.210.002	422.688	17.272	1.969.246

- (1) Valores a serem restituídos aos consumidores sobre os créditos de PIS/Pasep e Cofins da Cemig D reconhecidos em 2019. O montante total dessa rubrica, apresentado no balanço da Companhia e de sua controlada Cemig D, alcança R\$4.154.916, sendo que a diferença, de R\$1.147.630, se refere à constituição do passivo correspondente à reversão da provisão vinculada aos valores depositados em juízo no período compreendido entre 2008 e 2011, registrada em 2017.
- (2) PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita financeira de atualização dos créditos tributários reconhecidos. As contribuições incidentes sobre os créditos a serem restituídos a consumidores reduzem o seu saldo, sem efeitos no resultado.
- (3) Refere-se aos créditos reconhecidos no resultado operacional, no montante de R\$3.836.640, líquidos dos valores a serem restituídos aos consumidores, de R\$2.398.077.
- (4) Refere-se aos créditos reconhecidos pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho, Cemig Geração Distribuída e UTE Barreiro.
- (5) Inclui a atualização financeira desde a data do reconhecimento dos créditos até 30 de setembro de 2019, líquida de PIS/Pasep e Cofins sobre receita financeira, no montante de R\$21.139 no consolidado e de R\$2.695 na controladora.

No contexto da decisão judicial, o ICMS deixou de compor a base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins nos faturamentos dos clientes da Cemig D a partir de junho de 2019, representando uma redução média de aproximadamente 1% no valor das faturas.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensados com tributos federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Imposto de renda	422.976	252.756	102.869	36.023
Contribuição social	211.708	139.428	35.526	7.652
	634.684	392.184	138.395	43.675
Circulante	632.581	386.668	137.985	41.274
Não Circulante	2.103	5.516	410	2.401

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, das retenções na fonte sobre a energia vendida no âmbito do Proinfra por empresas optantes pelo lucro presumido, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

b) Imposto de renda e contribuição social

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pelas suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Circulante		
Imposto de renda	82.161	83.213
Contribuição social	29.088	28.850
	111.249	112.063

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Ativos Fiscais Diferidos				
Prejuízo fiscal/base negativa	118.761	373.413	118.761	118.761
Provisões para contingências	534.779	217.908	67.556	21.829
Provisão para perda em investimentos	799.157	609.159	382.904	609.159
Provisões operacionais	39.693	455.437	588	1.732
Provisões PLR	36.763	24.586	1.536	1.418
Obrigações pós-emprego	1.531.919	1.476.519	171.676	163.399
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	305.515	278.897	8.161	8.161
Concessão onerosa	7.957	7.683	-	-
Outros	11.330	26.753	44	-
Total	3.385.874	3.470.355	751.226	924.459
Passivos Fiscais Diferidos				
Custo de captação	(17.163)	(25.254)	-	-
Custo atribuído na adoção das IFRS	(233.661)	(239.092)	-	-
Valor justo de participações societárias	(507.194)	(501.311)	(131.119)	(113.673)
Encargos financeiros capitalizados	(168.870)	(167.454)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – lucro presumido	(1.132)	(4.715)	-	-
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo indenizável da concessão	(775.361)	(804.077)	-	-
Ajuste a valor justo swap – Perda	(635.836)	(276.534)	-	-
Outros	(7.587)	(33.474)	(1.692)	(1.516)
Total	(2.346.804)	(2.051.911)	(132.811)	(115.189)
Total Líquido	1.039.070	1.418.444	618.415	809.270
Total do Ativo	1.958.047	2.146.863	618.415	809.270
Total do Passivo	(918.977)	(728.419)	-	-

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.136.539	756.739
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados – operações em continuidade	91.117	41.998
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados – operações descontinuadas	(15.019)	(10.947)
Efeitos alocados no Patrimônio Líquido	68.586	-
Transferência para ativos mantidos para a venda	775	775
Variações de tributos ativos e passivos diferidos	(3.512)	-
Incorporação Telecom	-	1.050
Saldo em 30 de setembro de 2018	1.278.486	789.615
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.418.444	809.270
Efeitos alocados ao resultado	(294.119)	(105.777)
Transferência para operações descontinuadas	(85.077)	(85.077)
Outros	(178)	(1)
Saldos em 30 de setembro de 2019	1.039.070	618.415

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na demonstração de resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Resultado das operações em continuidade antes do imposto de renda e contribuição social	4.009.097	950.715	2.511.574	630.099
Imposto de renda e contribuição social – Despesa Nominal (34%)	(1.363.093)	(323.243)	(853.935)	(214.234)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	38.775	(40.311)	785.071	256.890
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.399)	(3.245)	-	(647)
Incentivo Fiscal	30.540	17.170	-	160
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	65.989	66.657	-	-
Multas Indedutíveis	(114.305)	(8.910)	(10.422)	(36)
PECLD com partes relacionadas	(233.931)	-	-	-
Outros	(24.349)	3.768	(26.491)	(135)
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	(1.602.773)	(288.114)	(105.777)	41.998
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.308.654)	(379.231)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(294.119)	91.117	(105.777)	41.998
	(1.602.773)	(288.114)	(105.777)	41.998
Alíquota efetiva	39,98%	30,30%	4,21%	6,67%

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2019	Jul a Set/2018	Jul a Set/2019	Jul a Set/2018
Resultado das operações em continuidade antes do imposto de renda e contribuição social	(591.600)	347.533	(529.327)	226.615
Imposto de renda e contribuição social – Despesa Nominal (34%)	201.144	(118.161)	179.971	(77.049)
<i>Efeitos fiscais incidentes sobre:</i>				
Resultado de equivalência patrimonial (líquido dos efeitos de Juros sobre Capital Próprio)	10.449	(23.678)	(121.025)	80.355
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.296)	(1.662)	-	(246)
Incentivo Fiscal	(15.644)	11.187	(84)	135
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	20.280	18.151	-	-
Multas Indedutíveis	(101.818)	(1.946)	(10.408)	(1)
Outros	(27.416)	(1.160)	(25.180)	235
Imposto de renda e contribuição social – receita (despesa) efetiva	85.699	(117.269)	23.274	3.429
Imposto de renda e contribuição social corrente	(30.508)	(182.812)	97.959	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	116.207	65.543	(74.685)	3.429
	85.699	(117.269)	23.274	3.429
Alíquota efetiva	14,49%	33,74%	4,40%	1,51%

11. FUNDOS VINCULADOS

O valor dos fundos vinculados, no montante de R\$15.809 (R\$90.993 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a recursos utilizados como garantias de contratos de compra de energia e outras obrigações regulatórias e financeiras das controladas.



12. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Companhia possui contas a receber junto ao Governo do Estado de Minas Gerais decorrente da devolução de depósito administrativo relativo à discussão quanto ao critério de atualização monetária de AFAC realizada em anos anteriores, que foi objeto de assinatura do Termo de Reconhecimento de Débitos (TRD). O TRD previa pagamento em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente pelo IGP-M até a data do efetivo desembolso, sendo a 1ª parcela com vencimento em 10 de novembro de 2017. Adicionalmente, a Cláusula 3ª do referido Termo prevê que, em caso de mora ou inadimplência por parte do Estado no pagamento das parcelas mensais e consecutivas acordadas, a Cemig está autorizada a proceder a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência.

Considerando a previsão mencionada no parágrafo anterior, a Companhia fez a retenção em 28 de junho de 2019 do valor de R\$17.892, correspondente aos dividendos que deveriam ser pagos ao Governo do Estado de Minas Gerais naquela data, reduzindo o saldo a receber que em 30 de setembro de 2019 é de R\$237.763 (R\$245.566 em 31 de dezembro de 2018) reconhecidos no ativo não circulante, em função dos atrasos nas parcelas vencidas desde janeiro de 2018.

A Administração da Companhia entende que não incorrerá em perdas na realização desses recebíveis, considerando a existência das garantias mencionadas acima, que a Companhia pretende executar em caso de não recebimento do valor acordado no termo de reconhecimento de débitos.

13. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Trabalhista	363.021	334.685	41.372	41.015
Fiscais				
Imposto de renda sobre JCP	28.427	27.852	277	265
PIS/Pasep e Cofins (1)	1.438.091	1.402.117	-	-
ITCD	52.605	51.075	52.165	50.635
IPU	77.046	86.906	57.836	69.242
FINSOCIAL	39.449	38.455	39.449	38.455
IR/INSS - indenização do anuênio (2)	280.463	274.871	13.469	13.200
IRRF sobre lucro inflacionário	8.541	8.438	8.541	8.437
CSLL (3)	18.062	18.062	-	-
Créditos de ICMS sobre ativo imobilizado	38.611	38.193	-	-
Outros (4)	92.759	117.171	65.929	65.416
	2.074.054	2.063.140	237.666	245.650
Outros				
Regulatório	42.770	52.701	19.608	29.565
Responsabilidade civil	9.931	9.328	3.655	3.568
Relações de consumo	6.076	6.132	1.093	987
Bloqueio judicial	13.822	12.394	3.303	4.148
Outros	24.400	23.132	1.342	1.412
	96.999	103.687	29.001	39.680
	2.534.074	2.501.512	308.039	326.345

- (1) Refere-se aos depósitos judiciais relacionados ao questionamento judicial sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Maiores detalhes ver nota explicativa nº 9 – Crédito de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS – Ação judicial com trânsito em julgado
- (2) Ver mais detalhes na nota explicativa nº 26 – Provisões (Indenização do Anuênio);
- (3) Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e tributos com exigibilidade suspensa.
- (4) Inclui os saldos de depósitos decorrentes de ações relacionadas à INSS e PIS/Pasep e Cofins.

14. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica – TUSD e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST, são reembolsados por meio dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 30 de setembro de 2019, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$811.279 (R\$705.730 em 30 de setembro de 2018). Deste valor, a Cemig D tem a receber R\$93.673 (R\$82.470 em dezembro de 2018) e a Cemig GT R\$3.202 (R\$8.375 em dezembro de 2018), reconhecidos no ativo circulante.

15. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

Ativos Financeiros da Concessão – consolidado	30/09/2019	31/12/2018
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura		
Concessões de distribuição (15.1)	436.498	395.743
Indenização a receber – transmissão (15.2)	1.302.889	1.296.314
Indenizações a receber – geração (15.3)	816.202	816.202
Bonificação pela outorga – concessões de geração (15.4)	2.459.835	2.408.930
	5.015.424	4.917.189

Ativos Financeiros Setoriais – consolidado	30/09/2019	31/12/2018
Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” CVA e outros componentes financeiros (14.5)	1.099.974	1.080.693
Total	6.115.398	5.997.882
Ativo circulante	1.123.888	1.070.384
Ativo não circulante	4.991.510	4.927.498

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.475.838	4.237.892	369.762	7.083.492
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 (nota 16)	(1.092.271)	-	-	(1.092.271)
Recebimentos	(204.948)	(1.325.312)	-	(1.530.260)
Transferências (a)	-	-	19.696	19.696
Outras transferências	-	-	(50)	(50)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	-	-	3.874	3.874
Atualização financeira	128.675	301.061	-	429.736
Baixas	-	-	(145)	(145)
Saldos em 30 de setembro de 2018 (reclassificado)	1.307.294	3.213.641	393.137	4.914.072
Reclassificação (b)	1.068.329	-	-	1.068.329
Saldo em 30 de setembro de 2018 (originalmente apresentado)	2.375.623	3.213.641	393.137	5.982.401
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.296.314	3.225.132	395.743	4.917.189
Recebimentos	(134.838)	(193.164)	-	(328.002)
Transferências do ativo de contrato	44.082	-	32.126	76.208
Transferências para ativo intangível	-	-	(1.206)	(1.206)
Atualização financeira	97.331	244.069	10.689	352.089
Baixas	-	-	(854)	(854)
Saldos em 30 de setembro de 2019	1.302.889	3.276.037	436.498	5.015.424

- (a) Transferências do ativo de contrato para o ativo financeiro, no montante de R\$20.395 e do ativo financeiro para intangíveis no montante de R\$699.
- (b) Para fins de comparabilidade, os saldos dos ativos vinculados à infraestrutura de concessão de transmissão, em que o direito à contraprestação depende de obrigações de desempenho, originalmente apresentados em 30 de setembro de 2018 como ativo financeiro, foram reclassificados para ativo de contrato considerando os efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018 (vide nota 16).

15.1 Distribuição - Ativos Financeiros Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição de energia elétrica e de gás das controladas se enquadram nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses contratos estão classificados como ativos financeiros e são mensurados ao custo amortizado conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.



15.2 Transmissão - Indenização a Receber

Em 20 de abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela Aneel por meio de Despachos, relativos às instalações da Rede Básica do Sistema Elétrico – RBSE, ainda não amortizadas, não depreciadas ou não indenizadas pelo poder concedente, vinculadas aos contratos de concessão renovados nos termos da Lei 12.783/2013, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. Esse dispositivo determinou o recebimento por meio da Receita Anual Permitida - RAP dos valores relativos à RBSE.

Com fundamento nos regulamentos da Aneel e Ministério de Minas e Energia - MME, especialmente a Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, a parcela dos direitos da Companhia para qual exige-se a passagem do tempo antes do seu pagamento aplicando-se o CPC 48 (ativo financeiro).

Assim, a parcela não paga desde a prorrogação das concessões, referentes ao período de 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, a ser recebida no prazo de 8 anos, considerada componente financeiro, é classificada como ativo financeiro, tendo em vista que não mais envolve a construção de ativos de infraestrutura e representa exclusivamente as parcelas não pagas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão.

A classificação dessa parcela como ativo financeiro se fundamenta na inexistência de ativos vinculados ao componente financeiro da RBSE para os quais pudesse ser exigida obrigação de performance para o seu recebimento. Nesse contexto, a Companhia tem o direito incondicional ao recebível, previsto no art. 15 da Lei 12.783/2013, bem como nos regulamentos da Aneel, exigindo-se, basicamente, somente a passagem do tempo para o recebimento da contraprestação devida. Considerando que utiliza-se o custo de capital regulatório previamente definido pela Aneel, por meio da Resolução 762/2017, para remuneração do ativo financeiro reconhecido, este é classificado como mensurado ao custo amortizado, nos termos da IFRS 09/ CPC 48, pois é mantido em modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, que constituem o pagamento de principal e juros sobre o principal em aberto.

Em relação às instalações da RBSE vinculadas ao contrato de concessão da Companhia, a Aneel homologou, por meio do Despacho nº 2.181, em 16 de agosto de 2016, o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização, que foi, assim, registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros definidos nos regulamentos da Aneel, de acordo com suas características.

O valor de indenização a ser recebido, atualizado até 30 de setembro de 2019, no montante de R\$1.302.889 (R\$1.296.314 em 31 de dezembro de 2018) é classificado como ativo financeiro, pelo custo amortizado de acordo com a IFRS 9/CPC 48, conforme segue:



Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária de 2017, no valor de R\$863.103 (R\$936.945 em 31 de dezembro de 2018) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela Aneel nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos por meio da RAP, com início em julho de 2017.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$439.786 em 30 de setembro de 2019 (R\$359.369 em 31 de dezembro de 2018), atualizado pela variação do IPCA.

A Aneel, em atendimento à decisão judicial, através da Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22 de junho de 2017, apresentou o novo cálculo excluindo os valores referentes ao custo do capital próprio. A Companhia entende que esta é uma decisão provisória e que o seu direito a receber os valores referentes aos ativos da Rede Básica Sistema Elétrico – RBSE está assegurado pela Lei, de forma que não é necessário nenhum ajuste ao valor registrado até 30 de setembro de 2019.

15.3 Geração - Indenização a Receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Cemig GT sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Cemig GT a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda (1)	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará (1)	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão (1)	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

(1) Os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da controlada, Cemig GT, não espera perdas na realização desses valores.

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Cemig GT, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia e sua controlada não esperam perdas na realização desses ativos.

15.4 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Cemig GT de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2018	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2019
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.369.900	131.837	(103.787)	1.397.950
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	429.910	41.564	(32.731)	438.743
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	160.601	17.494	(13.916)	164.179
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	120.452	13.032	(10.359)	123.125
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	157.217	18.203	(14.576)	160.844
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	106.697	13.651	(11.068)	109.280
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajuru, Gafanhoto e Martins	64.153	8.288	(6.727)	65.714
Total		2.408.930	244.069	(193.164)	2.459.835

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2017	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2018
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.330.134	133.096	(99.914)	1.363.316
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	417.393	41.952	(31.510)	427.835
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	155.594	17.549	(13.396)	159.747
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	116.710	13.077	(9.973)	119.814
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	152.170	18.207	(14.032)	156.345
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	103.133	13.596	(10.655)	106.074
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	62.001	8.252	(6.477)	63.776
Total		2.337.135	245.729	(185.957)	2.396.907

A energia das usinas está sendo comercializada na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Ativos e Passivos Setoriais da Concessão

15.5 Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização. Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados, estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/09/2019			31/12/2018		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	2.029.694	1.608.201	3.637.895	1.184.458	2.545.994	3.730.452
Ativo circulante	2.029.694	545.347	2.575.041	1.184.458	1.505.264	2.689.722
Ativo não circulante	-	1.062.854	1.062.854	-	1.040.730	1.040.730
Passivo	(1.421.527)	(1.116.394)	(2.537.921)	(1.140.507)	(1.509.252)	(2.649.759)
Passivo circulante	(1.421.527)	(466.116)	(1.887.643)	(1.140.507)	(902.341)	(2.042.848)
Passivo não circulante	-	(650.278)	(650.278)	-	(606.911)	(606.911)
Total circulante líquido	608.167	79.231	687.398	43.951	602.923	646.874
Total não circulante líquido	-	412.576	412.576	-	433.819	433.819
Total líquido	608.167	491.807	1.099.974	43.951	1.036.742	1.080.693

Componentes Financeiros	30/09/2019			31/12/2018		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	192.163	110.537	302.700	1.172	220.016	221.188
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	(29.718)	52.018	22.300	24.263	(5.577)	18.686
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	13.949	10.783	24.732	2.266	15.580	17.846
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia – PROINFA	17.025	(65)	16.960	3.106	5.154	8.260
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva - EER	(258.815)	(59.059)	(317.874)	(246.181)	(287.474)	(533.655)
Energia elétrica comprada para revenda	1.062.410	414.357	1.476.767	667.149	1.401.917	2.069.066
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia	(133.948)	220.862	86.914	(204.056)	(12.920)	(216.976)
Neutralidade da parcela A	(47.514)	27.271	(20.243)	53.008	(14.883)	38.125
Outros itens financeiros	(151.237)	(116.470)	(267.707)	(235.964)	(211.525)	(447.489)
Bandeiras tarifárias (1)	-	(128.084)	(128.084)	-	(11.215)	(11.215)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(56.148)	(40.343)	(96.491)	(20.812)	(62.331)	(83.143)
TOTAL	608.167	491.807	1.099.974	43.951	1.036.742	1.080.693

(1) Faturamento de bandeiras tarifárias ainda não homologado pela Aneel.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(45.790)
Constituição líquida de ativos financeiros	1.408.786
Realização	375.004
Outros – Ressarcimento P&D	(114.782)
Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(453.650)
Atualização Selic (nota 31)	35.180
Saldo em 30 de setembro de 2018	1.204.748
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.080.693
Constituição líquida de ativos financeiros	456.583
Realização	(411.464)
Antecipação por repasses da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT	(110.709)
Atualização Selic (nota 31)	84.871
Saldo em 30 de setembro de 2019	1.099.974

Repasse da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias – CCRBT

A conta centralizadora de recursos de bandeiras tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”) destina-se à administração dos recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da conta de desenvolvimento energético (CDE) diretamente à conta bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

No período de janeiro a setembro de 2019, os repasses da conta bandeira totalizaram R\$110.709 (R\$453.650 de janeiro a setembro de 2018) e foram reconhecidos como uma antecipação parcial da CVA constituída.

16. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15, Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos em 30 de setembro de 2019:

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Distribuição – ativos de infraestrutura em construção	657.624	518.162
Gás – ativos de infraestrutura em construção	87.390	81.475
Transmissão – Ativos re-incorporados a base de remuneração de ativos	381.179	492.405
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	777.877	636.905
	1.904.070	1.728.947
Circulante	179.617	130.951
Não circulante	1.724.453	1.597.996

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

	Transmissão	Distribuição	Gás	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017				
Efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 (notas 15 e 19)	1.092.271	531.750	89.497	1.713.518
Adições	12.726	532.290	40.265	585.281
Atualização financeira	79.489	-	-	79.489
Recebimento	(128.174)	-	-	(128.174)
Baixa	-	-	(1.548)	(1.548)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	11.977	-	-	11.977
Transferências para o ativo financeiro	-	(20.395)	-	(20.395)
Transferências para o ativo intangível	-	(504.373)	(36.038)	(540.411)
Transferências do ativo imobilizado	40	-	-	40
Saldo em 30 de setembro de 2018	1.068.329	539.272	92.176	1.699.777
Reclassificação (1)	(1.068.329)	(539.272)	(92.176)	(1.699.777)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.129.310	518.162	81.475	1.728.947
Adições	150.158	605.141	30.239	785.538
Atualização financeira	26.726	-	-	26.726
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	8.483	-	-	8.483
Recebimentos	(108.286)	-	-	(108.286)
Baixa	(3.259)	-	-	(3.259)
Transferências para o ativo financeiro	(44.082)	(32.126)	-	(76.208)
Transferências para o ativo intangível	-	(459.569)	(24.324)	(483.893)
Transferências do Imobilizado	6	-	-	6
Reversão de provisão (2)	-	26.016	-	26.016
Saldos em 30 de setembro de 2019	1.159.056	657.624	87.390	1.904.070

- (1) Para fins de comparabilidade, os saldos dos ativos vinculados à infraestrutura dos contratos de transmissão e distribuição, em que o direito à contraprestação depende de obrigações de desempenho, originalmente apresentados em 30 de setembro de 2018 como ativo financeiro e intangível, respectivamente, foram reclassificados para ativos de contrato, considerando os efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018 (vide notas 15 e 19).
- (2) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou provisão para redução do valor recuperável de determinados ativos em curso no montante de R\$42.029, tendo sido realizado o montante de R\$26.016 no segundo trimestre de 2019.

Dentre as adições realizadas no período findo em 30 de setembro de 2019, está contemplado R\$19.919 a título de encargos financeiros capitalizados, conforme apresentado na nota explicativa nº 23.



Em 30 de setembro de 2019 a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável dos demais ativos de contrato, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

Atividades de Distribuição de energia elétrica e Gás

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Cemig D e Gasmig de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores ou receber uma indenização ao final da concessão para os ativos ainda não amortizados. Os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

Atividade de Transmissão

Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de transmissão são classificados como ativos de contrato, considerando a obrigação de desempenho durante o período da concessão, representada pela construção, operação, manutenção e disponibilidade das linhas de transmissão. Os ativos registrados nesta rubrica são como segue:

Saldo remanescente a ser recebido por meio da RAP - A parcela econômica da RAP referente às instalações da RBSE consubstanciada na quota de reintegração regulatória incorporada à base de remuneração, nos termos da Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, é classificada como ativo de contrato à medida que a satisfação da obrigação de performance vinculada à construção desses ativos ocorre durante a sua vida útil (disponibilidade da rede).

O direito à contraprestação vinculado a esses ativos depende da disponibilidade da rede, uma vez que foram reincorporados à base de remuneração mediante a renovação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, e serão recebidos pelo prazo remanescente de sua vida útil, à medida da prestação dos serviços de operação e manutenção.

Assim, o ativo é reconhecido de acordo com a IFRS 15 / CPC 47, como ativo de contrato, representando o desempenho concluído antes do direito ao recebimento da contraprestação, que ocorrerá durante a utilização da infraestrutura construída, pelo período de sua vida útil, em conformidade à Resolução Aneel 762/2017, concomitantemente à prestação de serviços de operação e manutenção, necessários à disponibilidade da rede.

Esses valores, originados da adesão aos termos da Lei 12.783/13, alcançam o montante de R\$381.179 em 30 de setembro de 2019 (R\$492.405 em 31 de dezembro de 2018) e estão sendo recuperados por meio da RAP.

Transmissão – Ativos remunerados por tarifa - Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a Aneel calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 30 de setembro de 2019, o saldo a receber é de R\$777.877 (R\$636.905 em 31 de dezembro de 2018, antes classificado como ativo financeiro).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, concede o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento e mensuração da receita e dos custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.

17. INVESTIMENTOS

Investidas	Controle	Consolidado		Controladora	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Cemig Geração e Transmissão	Controlada	-	-	5.854.013	5.064.127
Hidrelétrica Cachoeirão	Controlada em conjunto	55.291	49.213	-	-
Guanhães Energia (1)	Controlada em conjunto	131.052	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca	Controlada em conjunto	28.549	30.629	-	-
Retiro Baixo	Controlada em conjunto	180.116	170.720	-	-
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	675.283	663.755	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	Coligada	202.094	270.090	-	-
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	Coligada	413.955	470.022	-	-
Lightger (1)	Controlada em conjunto	127.421	-	-	-
Baguari Energia	Controlada em conjunto	163.505	162.224	-	-
Aliança Geração	Controlada em conjunto	1.278.775	1.216.860	-	-
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	Controlada em conjunto	1.033.525	1.012.635	-	-
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (1)	Controlada em conjunto	5.168	-	-	-
Cemig Distribuição	Controlada	-	-	5.893.977	4.642.358
TAESA	Controlada em conjunto	1.230.465	1.143.189	1.230.465	1.143.189
Ativas Data Center	Coligada	16.597	16.509	16.597	16.509
Gasmig	Controlada	-	-	1.435.104	1.439.005
Cemig Geração Distribuída	Controlada	-	-	10.924	2.741
LEPSA (2)	Controlada	-	-	-	5.099
RME (2)	Controlada	-	-	-	47.155
Efficientia	Controlada	-	-	17.305	17.532
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	Coligada	9.484	9.042	-	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Controlada em conjunto	23.976	19.690	23.976	19.690
Axxiom Soluções Tecnológicas (1)	Controlada em conjunto	9.303	-	9.303	8.301
Cemig Overseas	Controlada	-	-	37	-
Total do Investimento		5.584.559	5.234.578	14.491.701	12.405.706

- (1) Com a perda de controle da Light, a participação remanescente nessas investidas foi reconhecida como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, e mensurada pelo método da equivalência patrimonial, nos termos do IFRS 10 / CPC 36. Mais detalhes, nas notas explicativas nº 1 e 36.
- (2) Em 24 de abril de 2019, a Companhia incorporou suas subsidiárias integrais RME e LEPSA, cujo principal ativo constituía-se de participação no capital da Light. O valor patrimonial considerado na incorporação foi objeto de laudo de avaliação aprovado na AGE de 25 de março de 2019.

As investidas da Companhia não consolidadas são controladas em conjunto, com exceção das coligadas Light, Madeira Energia (Usina de Santo Antônio) e Ativas Data Center. Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia perdeu o controle da Light em 17 de julho de 2019, a partir da conclusão da oferta restrita de distribuição primária e secundária de ações realizadas por esta investida. Em função da manutenção do plano de venda da investida, a Companhia classifica o investimento como mantido para a venda, no ativo circulante, conforme nota explicativa nº 36.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

CONTROLADORA						
Investidas	31/12/2017	Amortização	30/09/2018	31/12/2018	Amortização	30/09/2019
Cemig Geração e Transmissão	688.612	(28.983)	659.629	726.170	(34.752)	691.418
Retiro Baixo	28.344	(886)	27.458	31.966	(1.042)	30.924
Central Eólica Praias de Parajuru	16.503	(1.060)	15.443	66.286	(4.661)	61.625
Central Eólica Volta do Rio	11.035	(653)	10.382	95.819	(6.160)	89.659
Central Eólica Praias de Morgado	23.956	(1.457)	22.499	-	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	151.384	(4.467)	146.917	18.000	(552)	17.448
Lightger	-	-	-	83.990	(1.876)	82.114
Aliança Geração	402.844	(18.982)	383.862	377.534	(18.982)	358.552
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	54.546	(1.478)	53.068	52.575	(1.479)	51.096
TAESA	188.745	(6.990)	181.755	179.424	(6.990)	172.434
Light	186.437	(16.772)	169.665	-	-	-
Gasmig	457.273	(11.443)	445.830	442.016	(11.442)	430.574
RME	43.365	(3.798)	39.567	-	-	-
TOTAL GERAL	1.564.432	(67.986)	1.496.446	1.347.610	(53.184)	1.294.426

CONSOLIDADO						
Investidas	31/12/2017	Amortização	30/09/2018	31/12/2018	Amortização	30/09/2019
Cemig Geração e Transmissão	688.612	(28.983)	659.629	642.180	(32.876)	609.304
Retiro Baixo	28.344	(886)	27.458	31.966	(1.042)	30.924
Central Eólica Praias de Parajuru	16.503	(1.060)	15.443	66.286	(4.661)	61.625
Central Eólica Volta do Rio	11.035	(653)	10.382	95.819	(6.160)	89.659
Central Eólica Praias de Morgado	23.956	(1.457)	22.499	-	-	-
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	151.384	(4.467)	146.917	18.000	(552)	17.448
Aliança Geração	402.844	(18.982)	383.862	377.534	(18.982)	358.552
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	54.546	(1.478)	53.068	52.575	(1.479)	51.096
TAESA	188.745	(6.990)	181.755	179.424	(6.990)	172.434
Light	186.437	(16.772)	169.665	-	-	-
RME	43.365	(3.798)	39.567	-	-	-
TOTAL GERAL	1.107.159	(56.543)	1.050.616	821.604	(39.866)	781.738

A movimentação dos Investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, é como segue:

CONTROLADORA						
Investidas	31/12/2018	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	30/09/2019
Cemig Geração e Transmissão	5.064.127	789.886	-	-	-	5.854.013
Cemig Distribuição	4.642.358	1.251.619	-	-	-	5.893.977
Ativas Data Center	16.509	88	-	-	-	16.597
Gasmig	1.439.005	110.879	(113.687)	-	(1.093)	1.435.104
Cemig Geração Distribuída	2.741	(1.210)	(944)	10.337	-	10.924
LEPSA (1)	5.099	9	-	-	(5.108)	-
RME (1)	47.155	6.652	-	-	(53.807)	-
Efficientia	17.532	1.229	(1.456)	-	-	17.305
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.690	4.286	-	-	-	23.976
Axxiom Soluções Tecnológicas	8.301	(4.763)	-	5.765	-	9.303
Taesá	1.143.189	174.746	(87.277)	-	(193)	1.230.465
Cemig Overseas	-	-	-	-	37	37
	12.405.706	2.333.421	(203.364)	16.102	(60.164)	14.491.701

(1) A movimentação incluída na coluna de "Outros" decorre da incorporação das subsidiárias integrais RME e LEPSA em abril/2019.

CONSOLIDADO							
Investidas	31/12/2018	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	Remensuração da participação remanescente após perda de controle	30/09/2019
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	19.690	4.286	-	-	-	-	23.976
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	9.499	(3.421)	-	-	-	55.291
Guanhães Energia (1)	-	(208)	-	-	-	131.260	131.052
Hidrelétrica Pipoca	30.629	2.294	(4.374)	-	-	-	28.549
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	270.090	(67.996)	-	-	-	-	202.094
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	470.022	(56.067)	-	-	-	-	413.955
Lightger (1)	-	(549)	-	-	-	127.970	127.421
Baguari Energia	162.224	14.844	(13.563)	-	-	-	163.505
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	1.012.635	20.815	-	75	-	-	1.033.525
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	663.755	10.575	-	953	-	-	675.283
Ativas Data Center	16.509	88	-	-	-	-	16.597
Taesá	1.143.189	174.746	(87.277)	-	(193)	-	1.230.465
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. (1)	-	(21.900)	-	22.256	-	4.812	5.168
Aliança Geração	1.216.860	61.915	-	-	-	-	1.278.775
Retiro Baixo	170.720	9.396	-	-	-	-	180.116
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	9.042	442	-	-	-	-	9.484
Axxiom Soluções Tecnológicas (1)	-	(900)	-	5.765	-	4.438	9.303
Total do Investimento	5.234.578	161.280	(108.635)	29.049	(193)	268.480	5.584.559

(1) Com a perda de controle da Light, a participação remanescente nessas investidas foi reconhecida como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais, nos termos da IFRS 10 / CPC 36. Maiores detalhes, nas notas explicativas nº 1 e 36.

CONTROLADORA							
Investidas	31/12/2017	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (outros resultados abrangentes)	Dividendos	Aportes	Outros	30/09/2018
Cemig Geração e Transmissão	4.793.832	5.238	-	-	-	-	4.799.070
Cemig Distribuição (2)	3.737.310	346.099	-	-	1.100.000	(99.076)	5.084.333
Cemig Telecom (1)	247.313	4.778	(416)	-	-	(251.675)	-
Ativas Data Center (1)	-	1.775	-	-	-	17.116	18.891
Rosal Energia	106.897	8.951	-	(16.342)	-	17.547	117.053
Sá Carvalho	102.536	14.160	-	(29.722)	-	-	86.974
Gasmig	1.418.271	108.507	-	(81.308)	-	-	1.445.470
Horizontes Energia	53.165	12.270	-	(19.029)	-	-	46.406
Cemig Geração Distribuída	4.932	(118)	-	(314)	-	-	4.500
Cemig PCH	96.944	23.613	-	(30.747)	-	-	89.810
LEPSA (2)	455.861	9.083	-	(2.963)	-	(22.083)	439.898
RME (2)	383.233	2.069	-	(1.200)	-	(16.565)	367.537
UTE Barreiro (3)	17.982	278	-	-	-	-	18.260
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	18.403	39.357	-	(44.051)	-	-	13.709
Efficientia	7.084	1.117	-	(231)	9.070	-	17.040
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	2.004	795	-	(220)	-	-	2.579
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	3.722	-	(4.804)	-	-	19.502
Light (2)	1.083.140	7.942	-	(7.689)	-	(44.146)	1.039.247
Cemig Trading	29.206	39.948	-	(54.588)	-	-	14.566
Axiom Soluções Tecnológicas	11.866	(5.881)	-	-	-	-	5.985
Taesá	1.101.462	156.333	-	(125.201)	-	-	1.132.594
Cemig Overseas	158	(7)	-	-	35	7	193
	13.692.183	780.029	(416)	(418.409)	1.109.105	(398.875)	14.763.617

- (1) A movimentação incluída na coluna de "Outros" decorre da incorporação da Cemig Telecom em março/2018.
- (2) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre dos impactos oriundos da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2018 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período.
- (3) Foi aprovada, em AGE realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da controlada, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

CONSOLIDADO						
Investidas	31/12/2017	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendos	Aportes/Aquisição	Outros	30/09/2018
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.584	3.722	(4.804)	-	-	19.502
Light (1)	1.534.294	17.514	(11.532)	-	(66.220)	1.474.056
Axiom Soluções Tecnológicas	11.866	(5.881)	-	-	-	5.985
RME (1)	383.233	2.069	(1.200)	-	(16.565)	367.537
Hidrelétrica Cachoeirão	57.957	8.347	(16.350)	-	-	49.954
Guanhães Energia	25.018	(564)	-	51.070	-	75.524
Hidrelétrica Pipoca	26.023	4.548	(1.203)	-	-	29.368
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	534.761	(118.779)	-	84	-	416.066
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	582.504	(101.034)	-	-	-	481.470
Lightger	40.832	2.090	(1.779)	-	-	41.143
Baguari Energia	148.422	22.515	(3.558)	-	-	167.379
Central Eólica Praias de Parajuru	60.101	(7.483)	(7.793)	-	-	44.825
Central Eólica Volta do Rio	67.725	(14.106)	-	-	-	53.619
Central Eólica Praias de Morgado	50.569	(5.949)	-	-	-	44.620
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	866.554	55.699	-	70.181	-	992.434
Ativas Data Center	17.450	1.012	-	-	429	18.891
Taesá	1.101.462	156.333	(125.201)	-	-	1.132.594
Renova	282.524	(176.424)	-	-	-	106.100
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	3.699	(3.805)	-	4.061	-	3.955
Aliança Geração	1.242.170	40.603	-	-	-	1.282.773
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	576.704	33.107	-	42.169	-	651.980
Retiro Baixo	157.773	10.480	-	-	-	168.253
UFV Janaúba Geração de Energia Elétrica Distribuída	-	-	-	9.067	-	9.067
Total do Investimento	7.792.225	(75.986)	(173.420)	176.632	(82.356)	7.637.095

- (1) A movimentação incluída na coluna "Outros" decorre dos impactos oriundos da adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis em 1º de janeiro de 2018 reconhecidos pelas investidas diretamente no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado do período.

b) As principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Investidas	Quantidade de ações	30/09/2019			31/12/2018		
		Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação Cemig (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.600.000	5.854.013	100,00	2.600.000	4.980.136
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	3.860.128	15,51	10.619.786	4.656.593
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	111.542	49,00	35.000	100.434
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	267.499	49,00	396.402	228.242
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	58.263	49,00	41.360	62.509
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	235.640	69,39	186.573	233.793
Central Eólica Praias de Parajuru	71.834.843	100,00	71.835	85.116	100,00	71.835	79.594
Central Eólica Volta do Rio	138.867.440	100,00	138.867	79.344	100,00	138.867	84.355
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	92.464	49,00	79.232	86.105
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.893.675.837	49,00	1.208.071	1.273.852	49,00	1.206.127	1.247.307
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.527.723	74,50	1.322.528	1.359.208	74,50	1.322.428	1.359.243
Aliança Geração	1.291.582	45,00	1.291.488	2.037.678	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	295.555	49,90	222.850	278.065
Renova (1) (2)	41.719.724	36,23	2.919.019	(425.893)	36,23	2.919.019	(76.489)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	67.585.514	49,00	67.586	10.547	49,00	22.165	10.470
Cemig Baguari	306.000	100,00	306	20	100,00	306	36
Cemig Ger. Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.390.759	100,00	1.291.423	1.395.614
Cemig Ger. Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	455.131	100,00	405.268	440.083
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	168.758	100,00	151.309	178.544
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	128.650	100,00	113.499	131.570
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	166.729	100,00	148.147	176.424
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	114.354	100,00	100.569	120.686
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	69.392	100,00	60.595	69.898
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	121.492	100,00	46.944	124.897
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	118.112	100,00	36.833	94.447
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	51.160	100,00	39.258	54.953
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	87.777	100,00	45.952	92.987
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (3)	1.402.000	100,00	1.402	3.562	100,00	16.902	18.406
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	14.596	100,00	486	26.755
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	1.000.000	100,00	1.000	2.859	100,00	1.000	2.841
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	16.234	100,00	1.000	28.135
Cemig Distribuição (4)	2.359.113.452	100,00	5.371.998	5.893.977	100,00	2.771.998	4.642.358
Light	203.934.060	22,58	2.225.822	3.656.609	26,06	2.225.821	3.389.492
TAESA	1.033.496.721	21,68	3.042.034	4.836.174	21,68	3.042.034	4.572.051
Ativas Data Center	456.540.718	19,60	182.063	83.803	19,60	182.063	84.232
Gasmig	409.255.483	99,57	665.429	996.626	99,57	665.429	1.001.294
Cemig Geração Distribuída	174.281	100,00	174	10.924	100,00	174	2.741
LEPSA (5)	-	-	-	-	100,00	406.341	446.591
RME (5)	-	-	-	-	100,00	403.040	423.228
Efficientia	15.121.845	100,00	15.122	17.305	100,00	15.122	17.532
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	47.012	51,00	28.000	38.608
Axxiom Soluções Tecnológicas	58.365.000	49,00	58.365	18.986	49,00	46.600	16.943

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

(2) Em virtude de o patrimônio líquido da Renova ter se tornado negativo, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de sua participação na investida em 31 de dezembro de 2018.

(3) Foi aprovada, em AGE realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da investida, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

(4) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 07 de agosto de 2019, foi aprovado o aumento do Capital Social da Cemig D, no montante de R\$2.600.000, por meio da integralização de recursos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital-AFACs, aportados pela Companhia, sem a emissão de novas ações.

(5) Essas investidas foram incorporadas em 24 de abril de 2019.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes investidas:

Consolidado	30/06/2019		31/12/2018	
	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Amazônia	49,00%	5,76%	49,00%	12,46%
Renova (1)	36,23%	3,88%	36,23%	8,39%
LightGer	49,00%	11,52%	49,00%	24,92%
Guanhães	49,00%	11,52%	49,00%	24,92%
Axxion	49,00%	11,52%	49,00%	24,92%
UHE Itaocara	49,00%	11,52%	49,00%	24,92%
Light (2)	22,58	-	26,06%	22,80%

(1) Em 15 de outubro de 2019, a Light alienou a totalidade das ações na controlada em conjunto Renova para o CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Mais detalhes podem ser consultados na sequência deste relatório.

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia, com participação direta de 8,54%.

No período findo em 30 de setembro de 2019, a MESA apresentou prejuízo de R\$796.465 e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$328.913. Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Cemig GT e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Cemig GT possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.



A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

No período findo em 30 de setembro de 2019, a Renova apresentou prejuízo de R\$774.829, prejuízos acumulados de R\$3.825.716, passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes consolidados de R\$2.336.280, patrimônio líquido negativo de R\$851.318.

Em face do patrimônio líquido negativo da investida, a Cemig GT reduziu a zero o saldo contábil de sua participação na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a investida.

Adicionalmente, a partir do agravamento da situação financeira da Renova e dos eventos ocorridos em 2019, a Companhia passou a provisionar, a partir daquele momento, uma perda estimada na realização dos créditos que possuía junto a esta controlada em conjunto pelo valor integral do saldo a receber, cujo montante em 30 de setembro de 2019 corresponde a R\$688 milhões.

Negociações Alto Sertão III

Em 9 de abril de 2019, foi assinado, pela Renova, contrato de compra e venda de ações (“CCVA”) referente à operação de venda do Complexo Eólico Alto Sertão III para a AES Tietê Energia S.A. (“AES”). Face à não concretização de certos eventos em 2019 e que eram considerados condições precedentes e suspensivas para as negociações com a AES, a operação para a alienação do complexo Alto Sertão III foi encerrada, pois as partes não chegaram a um acordo em relação às condições comerciais da operação.



Alteração no controle da Renova

Em 15 de outubro de 2019, a Light alienou a totalidade das ações na controlada em conjunto Renova para o CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, sendo 7.163.074 ações ordinárias e 98 ações preferenciais, equivalentes a 17,17% do capital social dessa companhia, pelo valor de R\$1,00. Adicionalmente, a Lightcom Comercializadora de Energia S.A., celebrou um Termo de Cessão por meio do qual cedeu todos os créditos detidos em face da Renova à CG I. Transcorrido o prazo previsto no Acordo de Acionistas da Renova, a controlada Cemig GT não exerceu o seu direito de preferência nem seu direito de venda conjunta, não alterando assim a sua participação acionária direta na Renova.

Reperfilamento de dívidas junto a credores

Em 23 de julho de 2019, a Renova celebrou uma Cédula de Crédito Bancário com o banco Citibank no valor de R\$185,6 milhões para reperfilamento de dívida vencida, com prazo total de 6 anos, pagamento de juros trimestrais e carência de um ano para início do pagamento do principal.

Adicionalmente, o empréstimo ponte contraído junto ao BNDES com recursos destinados à execução das obras do complexo Eólico Alto Sertão III, no valor de R\$1.012 milhões em 30 de setembro de 2019, que venceu em 15 de outubro de 2019 e não foi liquidado estando a controlada em conjunto inadimplente com o BNDES.

Em 17 de outubro de 2019, a Renova recebeu notificação do BNDES informando que em função do vencimento do empréstimo ponte em 15 de outubro de 2019, foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075.

Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pelas controladas da Renova Diamantina e Chipley, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a Light S.A., na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou um pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.892.



Pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo o pedido de recuperação judicial ajuizado nesta data pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”), determinando, entre outras medidas: (i) nomeação da KPMG CORPORATE FINANCE para atuar como administradora judicial; (ii) suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005; (iii) apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005; (iv) dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e (v) determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Nesse contexto, em 23 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Renova aprovou a celebração de Contratos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital até montante total e agregado de R\$50.000, com qualquer acionista da Companhia, até 31 de dezembro de 2019.

A Companhia, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que o deferimento do pedido de recuperação judicial ajuizado por esta investida não produzirá nenhum impacto adicional em suas demonstrações financeiras.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Cemig GT na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%. A NESA vem despendendo quantias significativas em custos de montagem, organização, desenvolvimento e pré-operação, que resulta em situação de capital circulante líquido negativo de R\$3.663.068 em 30 de setembro de 2019. A conclusão das obras de construção da UHE Belo Monte, e consequente geração de receitas, por sua vez, dependem da capacidade da investida em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como a obtenção de recursos financeiros necessários, seja de seus acionistas e/ou de terceiros.



Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel que “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de setembro de 2019 é de R\$1.900.000.

Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais

A Cemig manifestou, em 20 de dezembro de 2018, à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (“Eletrobras”), interesse em exercer o seu direito de preferência na aquisição da participação societária detida pela Eletrobras na Companhia de Transmissão Centroeste de Minas Gerais S.A. – Centroeste (“Centroeste”), objeto do Leilão Eletrobras 01/2018, Lote P, realizado em 27 de setembro de 2018.

Em 15 de janeiro de 2019, a Cemig tomou conhecimento da homologação pela Eletrobras do Leilão Eletrobras nº 01/2018, referente ao exercício do direito de preferência, pela Companhia, na aquisição da participação societária na Centroeste, cuja conclusão se dará no exercício de 2019.

c) Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Cemig GT por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna independente adicionais aos que já foram efetuados.



A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequados e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Madeira Energia S.A (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequados e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Cemig GT, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento. Em decorrência desse assunto, os órgãos de governança da Renova solicitaram a instauração de uma investigação interna relacionada a esse tema, a qual está sendo conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo. Adicionalmente, foi constituído, na Renova, um comitê de acompanhamento que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanham a investigação interna, cujo escopo compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo a legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, do Código de ética e políticas de integridade da Renova.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços no âmbito dessa investida em períodos anteriores a 2015. Em 25 de julho de 2019, foi iniciada a segunda fase da operação. As investigações da operação “E o Vento Levou” ainda estão em andamento e conforme Comunicado ao Mercado publicado em 11 de abril de 2019, a Renova está em total colaboração com as autoridades no tocante a essas investigações.

Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou o auto de infração contra a controlada indireta Espra, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação, sendo exigível, assim, o recolhimento de imposto de renda retido na fonte, acrescido de multas e juros, pelo valor estimado de R\$1.788. A controlada em conjunto está atendendo a todas as exigências requeridas pela fiscalização, tais como prazos, vistorias e inspeções, apresentando relatórios e todos os documentos requeridos.

Adicionalmente, em 30 de outubro de 2019, a Renova divulgou ao mercado que tomou conhecimento da lavratura de auto de infração pela Receita Federal do Brasil, com base na “Operação Descarte”, questionando a apuração de IRPJ, CSLL e o recolhimento de IRRF, supostamente devidos pela investida, compreendendo os valores de R\$8.037, R\$2.893 e R\$78.388, respectivamente, incluindo, em todos os casos, multas e juros. A Renova informou, ainda, que avaliará a fundamentação do referido auto de infração em conjunto com seus assessores jurídicos e, se for o caso, apresentará impugnação do lançamento no prazo regulamentar.

Embora exista evidência de deficiências de controles internos relacionados com certos pagamentos e arquivamento de documentação suporte de serviços prestados por terceiros, procedimentos adicionais estão sendo requeridos para determinar a existência de elementos que embasariam os itens sob investigação na investida. Como resultado, exceto pela constituição de provisão para o auto de infração lavrado pela Receita Federal no montante de R\$1.788 na investida, não foram detectados efeitos das investigações para registro nas informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019 da Renova ou da Companhia.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Cemig GT na Guanhães e na MESA. Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações que estão sendo realizadas na Companhia e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente está sendo supervisionada por Comitê Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança.

Em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

A primeira fase da investigação interna e independente da Companhia foi concluída e o relatório foi entregue em 13 de maio de 2019. Considerando o atual estágio e resultados preliminares dessa 1ª fase das investigações internas, não foram apurados efeitos para registro nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de setembro de 2019. As investigações continuam em andamento, com previsão de conclusão até o final do exercício de 2019.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e colaborará com as autoridades nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

18. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	247.676	(17.950)	229.726	231.223	(16.174)	215.049
Reservatórios, barragens e adutoras	3.285.926	(2.186.237)	1.099.689	3.282.178	(2.131.683)	1.150.495
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.111.929	(828.134)	283.795	1.114.229	(800.430)	313.799
Máquinas e equipamentos	2.793.802	(1.979.912)	813.890	2.772.738	(1.918.442)	854.296
Veículos	30.640	(27.332)	3.308	31.747	(27.222)	4.525
Móveis e utensílios	14.168	(10.957)	3.211	16.385	(12.718)	3.667
	7.484.141	(5.050.522)	2.433.619	7.448.500	(4.906.669)	2.541.831
Em curso						
Ativos em curso	126.786	-	126.786	119.754	-	119.754
Imobilizado líquido	7.610.927	(5.050.522)	2.560.405	7.568.254	(4.906.669)	2.661.585

Controladora	30/09/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço						
Terrenos	82	-	82	82	-	82
Edificações, obras civis e benfeitorias	55	(20)	35	408	(297)	111
Máquinas e equipamentos	5.298	(4.293)	1.005	5.840	(4.627)	1.213
Móveis e utensílios	748	(695)	53	2.238	(1.878)	360
	6.183	(5.008)	1.175	8.568	(6.802)	1.766
Em curso						
Ativos em curso	460	-	460	484	-	484
Imobilizado líquido	6.643	(5.008)	1.635	9.052	(6.802)	2.250

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências/ Capitalizações (2)	Saldo em 30/09/2019
Em serviço						
Terrenos (1)	215.049	-	(10)	(2.252)	16.939	229.726
Reservatórios, barragens e adutoras	1.150.495	-	(4.754)	(60.355)	14.303	1.099.689
Edificações, obras civis e benfeitorias	313.799	-	(80)	(14.025)	(15.899)	283.795
Máquinas e equipamentos	854.296	44	-	(66.944)	26.494	813.890
Veículos	4.525	-	-	(1.157)	(60)	3.308
Móveis e utensílios	3.667	-	(304)	(236)	84	3.211
	2.541.831	44	(5.148)	(144.969)	41.861	2.433.619
Em curso	119.754	45.160	(6)	-	(38.122)	126.786
Imobilizado líquido	2.661.585	45.204	(5.154)	(144.969)	3.739	2.560.405

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Foram transferidos saldos para o imobilizado provenientes do ativo intangível, no montante total de R\$3.745. Adicionalmente, o montante de R\$6 foi transferido do imobilizado para o ativo de contrato.

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Depreciação	Transferência p/ mantidos para venda	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 30/09/2018
Em Serviço							
Terrenos (1)	211.272	-	(3)	(1.873)	-	-	209.396
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.233.576	-	(2.046)	(61.129)	-	146	1.170.547
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	331.362	-	(237)	(14.031)	-	743	317.837
Máquinas e Equipamentos	873.551	-	(8.673)	(55.119)	(255.758)	19.707	573.708
Veículos	3.105	-	-	(1.050)	-	2.829	4.884
Móveis e Utensílios	3.395	-	-	(268)	-	497	3.624
	2.656.261	-	(10.959)	(133.470)	(255.758)	23.922	2.279.996
Em Curso	106.049	58.292	(1.152)	-	-	(33.585)	129.604
Imobilizado líquido	2.762.310	58.292	(12.111)	(133.470)	(255.758)	(9.663)	2.409.600

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixa	Transferência	Depreciação	Saldo em 30/09/2019
Em serviço						
Terrenos	82	-	-	-	-	82
Edificações, obras civis e Benfeitorias	111	-	(75)	-	(1)	35
Máquinas e equipamentos	1.213	44	-	25	(277)	1.005
Móveis e utensílios	360	-	(301)	-	(6)	53
	1.766	44	(376)	25	(284)	1.175
Em curso	484	1	-	(25)	-	460
Imobilizado líquido	2.250	45	(376)	-	(284)	1.635

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Incorporação Telecom (1)	Transferência p/ mantidos para venda	Transferências (1)	Depreciação	Baixa	Saldo em 30/09/2018
Em Serviço							
Terrenos	-	82	-	-	-	-	82
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	-	116	-	-	(4)	-	112
Máquinas e Equipamentos	1.338	262.137	(255.758)	-	(5.916)	(467)	1.334
Móveis e Utensílios	13	406	-	-	(41)	-	378
	1.351	262.741	(255.758)	-	(5.961)	(467)	1.906
Em Curso	459	9.025	-	(9.025)	-	-	459
Imobilizado Líquido - Controladora	1.810	271.766	(255.758)	(9.025)	(5.961)	(467)	2.365

- (1) Refere-se à incorporação da subsidiária integral Cemig Telecom. O valor de R\$9.025 foi transferido para a conta estoque.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,72% para o terceiro trimestre de 2019.

A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

19. INTANGÍVEIS

A composição do saldo dos intangíveis em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Consolidado	30/09/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	11.749	(3.170)	8.579	11.749	(2.664)	9.085
Concessão onerosa	19.169	(12.439)	6.730	19.169	(11.930)	7.239
Ativos de concessão	19.980.510	(8.436.364)	11.544.146	18.674.138	(7.994.650)	10.679.488
Outros	76.595	(65.333)	11.262	84.868	(66.071)	18.797
	20.088.023	(8.517.306)	11.570.717	18.789.924	(8.075.315)	10.714.609
Em curso	68.189	-	68.189	62.582	-	62.582
Intangível líquido	20.156.212	(8.517.306)	11.638.906	18.852.506	(8.075.315)	10.777.191

Controladora	30/09/2019			31/12/2018		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço						
Com vida útil definida						
Direito de uso de softwares	13.564	(9.144)	4.420	14.880	(8.946)	5.934
Marcas e patentes	8	(8)	-	8	(8)	-
Outros	231	(73)	158	231	(73)	158
	13.803	(9.225)	4.578	15.119	(9.027)	6.092
Em curso	33	-	33	33	-	33
Intangível líquido	13.836	(9.225)	4.611	15.152	(9.027)	6.125

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixa	Amortização	Transferência (1)	Saldo em 30/09/2019
Em serviço						
Com vida útil definida						
Servidão	9.085	-	-	(506)	-	8.579
Concessão onerosa	7.239	-	-	(509)	-	6.730
Ativos de concessão	10.679.488	891.831	(12.938)	(518.750)	504.515	11.544.146
Outros	18.797	-	(197)	(1.325)	(6.013)	11.262
	10.714.609	891.831	(13.135)	(521.090)	498.502	11.570.717
Em curso	62.582	22.755	-	-	(17.148)	68.189
Intangível Líquido - Consolidado	10.777.191	914.586	(13.135)	(521.090)	481.354	11.638.906

- (1) As transferências foram realizadas entre o ativo intangível, ativo de contrato e imobilizado conforme segue: (1) R\$483.893 transferidos do ativo de contrato para o ativo intangível; (2) (R\$3.745) transferidos do ativo intangível para o imobilizado e (3) R\$1.206 transferidos para o ativo intangível do ativo financeiro.

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adoção inicial do CPC 47/IFRS 15 (nota 16)	Adição	Baixa	Amortização	Transferência p/ mantidos para venda	Transferência	Outras Transferências	Saldo em 30/09/2018
Em Serviço									
Com Vida Útil Definida									
Servidão	9.759	-	-		(505)	-	-	-	9.254
Concessão Onerosa	7.918	-	-		(510)	-	-	-	7.408
Ativos de Concessão	10.435.391	-	-	(17.326)	(495.152)	-	562.422	347	10.485.682
Outros	17.188	-	1.064	(114)	(3.967)	(6.947)	5.172		12.396
	10.470.256	-	1.064	(17.440)	(500.134)	(6.947)	567.594	347	10.514.740
Em Curso (reclassificado)	685.672	(621.247)	13.359	-	-	-	(25.886)	-	51.898
Intangível Líquido (reclassificado)	11.155.928	(621.247)	14.423	(17.440)	(500.134)	(6.947)	541.708	347	10.566.638
Reclassificação (a)	-	621.247	572.555	(1.548)	-	-	(560.806)	-	631.448
Intangível Líquido (originalmente apresentado)	11.155.928	-	586.978	(18.988)	(500.134)	(6.947)	(19.098)	347	11.198.086

(a) Para comparabilidade, os saldos dos ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição de energia e gás, originalmente apresentados em 30 de setembro de 2018 como ativo intangível, foram reclassificados para ativo de contrato considerando os efeitos da adoção inicial do CPC 47 / IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018 (vide nota 16).

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Baixa	Amortização	Saldo em 30/09/2019
Em serviço				
Com vida útil definida				
Direito de uso de softwares	5.934	(197)	(1.317)	4.420
Outros	158	-	-	158
	6.092	(197)	(1.317)	4.578
Em curso	33	-	-	33
Intangível líquido	6.125	(197)	(1.317)	4.611

Ativos da concessão

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição de energia e gás que será utilizada durante a concessão. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

Em 19 de setembro de 2019, foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ao contrato de concessão para exploração dos serviços de gás canalizado da controlada Gasmig, consistindo na substituição da obrigação contratual, de construção do gasoduto para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-V), que seria construída pela Petrobras na região do Triângulo Mineiro, pelo pagamento de uma contraprestação ao Poder Concedente, a título de bônus de outorga, no valor de R\$891.168. O referido termo assegurou a extensão do prazo de vigência do contrato de concessão da Gasmig até 2053. O pagamento da outorga ocorreu em 26 de setembro de 2019 e o seu valor será acrescido à base de remuneração de ativos da Gasmig, sendo considerado no processo de revisão tarifária pelo poder concedente como um ativo intangível a ser amortizado até o final do contrato de concessão, produzindo efeitos imediatos na fixação e revisão das tarifas.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Ativos de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear, considerando o padrão de consumo destes direitos. Dentre as adições realizadas no período findo em 30 de setembro de 2019, estão incluídos os encargos financeiros capitalizados, no montante de R\$3.433, conforme nota explicativa nº 23.



As principais taxas anuais de amortização consideram a vida útil esperada dos ativos por parte da Administração e refletem o seu padrão de consumo esperado. A taxa de amortização média anual é de 4,12%.

20. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, a partir de 1º de janeiro de 2019 entrou em vigor a norma IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia e suas controladas avaliaram os seus contratos e reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de janeiro a setembro de 2019 foram imateriais.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	01/01/2019	30/09/2019	01/01/2019
Imóveis	219.628	238.482	4.808	19.844
Veículos	77.663	103.557	-	-
Outros	180	411	-	-
	297.471	342.450	4.808	19.844

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	238.482	103.557	411	342.450
Adição/Baixa	9.224	3.060	-	12.284
Amortização	(28.078)	(28.954)	(231)	(57.263)
Saldos em 30 de setembro de 2019	219.628	77.663	180	297.471

Controladora	Imóveis
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	19.844
Baixa	(12.969)
Amortização	(2.067)
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>4.808</u>

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	342.450	19.844
Baixa	12.284	(12.969)
Juros incorridos	27.630	420
Pagamentos efetuados	(76.228)	(2.357)
Saldos em 30 de setembro de 2019	<u>306.136</u>	<u>4.938</u>
Passivo circulante	93.523	2.711
Passivo não circulante	212.613	2.227

- 1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da aplicação inicial variou entre 7,96% a.a. a 13,17% a.a., conforme o prazo de arrendamento.

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 33.

21. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Energia de curto prazo - CCEE	394.183	139.375
Encargos de uso da rede elétrica	144.515	122.374
Energia elétrica comprada para revenda	945.554	775.336
Itaipu binacional	128.561	268.004
Gás comprado para revenda	167.719	123.664
Materiais e serviços	278.200	372.499
	<u>2.058.732</u>	<u>1.801.252</u>



22. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Circulante				
ICMS	185.141	167.886	1.567	1.587
Cofins	85.338	146.004	103	18.404
PIS/Pasep	18.592	31.664	10	3.988
INSS	23.146	22.730	1.582	2.226
Outros	21.838	41.541	569	18.809
	334.055	409.825	3.831	45.014
Não circulante				
Cofins	1.748	25.280	78	-
PIS/Pasep	299	4.116	13	-
	2.047	29.396	91	-
	336.102	439.221	3.922	45.014
Valores a serem restituídos a consumidores				
Não circulante				
PIS/Pasep e Cofins	4.154.916	1.123.680	-	-
	4.154.916	1.123.680	-	-

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores são referentes aos créditos a serem recebidos pela Cemig D em razão da inclusão do ICMS à base de cálculo destas contribuições. Mais informações na nota explicativa nº 9.

23. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado			
				30/09/2019			31/12/2018
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - bônus diversos (1) (4)	2024	Diversas	U\$	4.410	18.962	23.372	25.936
Eurobonds (2)	2024	9,25%	U\$	217.151	6.246.600	6.463.751	5.856.124
KFW (2)	2019	1,78%	EUR\$	-	-	-	229
(-) Custos de transação				-	(19.326)	(19.326)	(21.319)
(±) Recursos antecipados (3)				-	(31.124)	(31.124)	(34.269)
Dívida em moeda estrangeira				221.561	6.215.112	6.436.673	5.826.701
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.(4) (11)	2022	146,50% do CDI	R\$	-	-	-	502.531
Caixa Econômica Federal (4) (11)	2022	146,50% do CDI	R\$	-	-	-	626.632
Caixa Econômica Federal (5)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	59.319	-	59.319	55.576
Caixa Econômica Federal (6)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	115.383	-	115.383	107.791
Eletrobrás (4)	2023	UFIR + 6,00% a 8,00%	R\$	12.768	10.706	23.474	33.182
Grandes consumidores (4)	2024	IGP-DI + 6,00%	R\$	3.339	2.058	5.397	4.985
Consórcio Pipoca (2)	2019	IPCA	R\$	185	-	185	185
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	47.874	47.874	45.531
Nota promissória - 9ª Emissão - Série Única (4) (11)	2019	151,00% do CDI	R\$	-	-	-	425.571
Nota Promissória - 1ª Emissão - Série Única (8)	2020	107,00% do CDI	R\$	850.379	-	850.379	-
(-) FIC Pampulha - Títulos de empresas controladas (9)				(3.168)	-	(3.168)	(23.508)
(-) Custos de Transação				-	(324)	(324)	(12.524)
Dívida em moeda nacional				1.038.205	60.314	1.098.519	1.765.952
Total de empréstimos e financiamento				1.259.766	6.275.426	7.535.192	7.592.653
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (2)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	-	-	-	156.361
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	376.883	686.285	1.063.168	1.049.331
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série (2)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	16.823	-	16.823	33.322
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2) (12)	2021	140,00% do CDI	R\$	289.641	360.859	650.500	1.022.646
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (4)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	551.136	536.428	1.087.564	1.596.419
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (4)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	29.440	941.408	970.848	955.722
Debêntures - 5ª Emissão - Série Única (4) (11)	2022	146,50% do CDI	R\$	-	-	-	1.580.121
Debêntures - 6ª Emissão - Série Única (4) (11)	2020	CDI + 1,75%	R\$	-	-	-	551.214
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª Série (4)	2024	CDI + 0,45%	R\$	140.024	2.025.000	2.165.024	-
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª Série (4)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	12.287	1.504.839	1.517.126	-
Debêntures (8)	2022	TJLP+1,82% (69%) e Selic+1,82% (31%)	R\$	32.863	68.719	101.582	124.801
Debêntures (8)	2019	116,50% do CDI	R\$	50.073	-	50.073	50.086
Debêntures (8)	2023	CDI + 1,50%	R\$	20.000	60.000	80.000	100.033
(-) Deságio na emissão de debêntures (10)				-	(22.436)	(22.436)	-
(-) Custos de Transação				(9.416)	(21.741)	(31.157)	(40.881)
Total de debêntures				1.509.754	6.139.361	7.649.115	7.179.175
Total geral consolidado				2.769.520	12.414.787	15.184.307	14.771.828

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora			
				30/09/2019			31/12/2018
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA NACIONAL							
Sonda (7)	2021	110,00% do CDI	R\$	-	47.874	47.874	45.531
(-) Custos de transação				-	(324)	(324)	(450)
Total de empréstimos e financiamentos				-	47.550	47.550	45.081

- (1) Saldo líquido da dívida reestruturada composta pelos bônus ao par e bônus com desconto com saldo de R\$ 190.249, deduzidos pelas cauções dadas em garantias com saldo de R\$ 166.875. As taxas de juros variam entre 2% a 8% ao ano; libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano.
- (2) Cemig Geração e Transmissão.
- (3) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.
- (4) Cemig Distribuição.
- (5) Central Eólica Praias de Parajuru.
- (6) Central Eólica Volta do Rio.
- (7) Cemig Controladora. Decorrente da Incorporação da Cemig Telecom.
- (8) Gasmig.
- (9) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos por empresas controladas. Mais informações e características do fundo vide nota explicativa nº 32.
- (10) Deságio no preço de venda da 2ª série da 7ª emissão da Cemig Distribuição.
- (11) Os recursos incorporados ao caixa da Cemig D por meio da distribuição de sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 22 de julho de 2019, permitiram o pré-pagamento integral do saldo devedor da 9ª emissão de notas promissórias, com vencimento final em outubro de 2019, da 6ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2020, da 5ª emissão de debêntures simples, com vencimento final em junho de 2022, e de Cédulas de Crédito Bancário, com vencimentos finais em junho de 2022. Tais pré-pagamentos, realizados em 24 de julho de 2019, totalizam R\$3.644 milhões em principal, juros e encargos. Essas iniciativas, equilibraram o fluxo de caixa e melhoraram a qualidade de crédito da Companhia. As alterações no novo perfil de dívida consistiram na extinção de contratos existentes e celebração de novos, sendo os efeitos contábeis das transações refletidas em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC 48 ("Instrumentos Financeiros").
- (12) Em 24 de julho de 2019, a Cemig GT realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

As debêntures de emissão das controladas são do tipo "simples" não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou da Companhia, superior a R\$50 milhões ("*cross default*").

Em 26 de setembro de 2019, a Gasmig concluiu a Primeira Emissão de Notas Promissórias Comerciais, em série única, no valor de R\$850.000, com prazo de vencimento de 12 meses e juros remuneratórios de 107% da taxa DI, sem garantia ou aval. Os recursos provenientes dessa emissão foram integralmente utilizados para pagamento do bônus de outorga do contrato de concessão de distribuição de gás em 26 de setembro de 2019., Para mais informações, vide nota explicativa nº 19.

Captações de recursos

Financiadores	Data de entrada dos recursos	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais	Valor
Moeda Nacional				
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (1)	Julho de 2019	2024	CDI + 0,454%	2.160.000
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (1)	Julho de 2019	2026	4,10% do IPCA	1.500.000
Nota Promissória - 1ª emissão (2)	Setembro de 2019	2020	107,00% do CDI	850.000
(-) Custos de transação				(10.183)
(-) Deságio (3)				(23.095)
Total de captações				4.476.722

- (1) Cemig Distribuição
- (2) Gasmig
- (3) Deságio na emissão das debêntures referente a 2ª série das debêntures emitidas pela Cemig Distribuição.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 30 de setembro de 2019, é garantido da seguinte forma:

	30/09/2019
Nota promissória, aval e fiança	9.550.790
Aval e Recebíveis	3.649.859
Recebíveis	321.811
Ações	677.847
Sem garantia	984.000
TOTAL	15.184.307

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	221.561	-	-	-	-	6.265.562	-	-	6.487.123
Total por moedas	221.561	-	-	-	-	6.265.562	-	-	6.487.123
Indexadores									
IPCA (1)	111.542	875.212	874.449	583.616	235.352	235.352	987.770	752.421	4.655.714
UFIR/RGR (2)	3.211	11.212	3.407	3.265	2.379	-	-	-	23.474
CDI (3)	131.672	1.435.087	905.987	569.468	559.999	270.000	-	-	3.872.213
URTJ/TJLP (4)	181.527	21.249	20.943	21.034	-	-	-	-	244.753
IGP-DI (5)	2.713	265	970	580	580	289	-	-	5.397
Total por indexadores	430.665	2.343.025	1.805.756	1.177.963	798.310	505.641	987.770	752.421	8.801.551
(-) Custos de transação	(2.245)	(9.610)	(10.306)	(956)	(929)	(19.866)	(3.523)	(3.372)	(50.807)
(±) Recursos antecipados	-	-	-	-	-	(31.124)	-	-	(31.124)
(-) Deságio	-	-	-	-	-	-	(11.218)	(11.218)	(22.436)
Total geral	649.981	2.333.415	1.795.450	1.177.007	797.381	6.720.213	973.029	737.831	15.184.307

Controladora	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Indexadores								
CDI (3)	-	-	47.874	-	-	-	-	47.874
Total por indexadores	-	-	47.874	-	-	-	-	47.874
(-) Custos de transação	-	-	(324)	-	-	-	-	(324)
Total geral	-	-	47.550	-	-	-	-	47.550

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ) / Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);
- (5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2019	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2018	Indexador	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2019	Variação % Acumulada no período de janeiro a setembro de 2018
Dólar Norte-Americano	7,47	21,04	IPCA	2,49	3,34
			CDI	4,67	4,81
			TJLP	(14,76)	(6,29)

Moeda	Varição acumulada no período de julho a setembro de 2019 (%)	Varição acumulada no período de julho a setembro de 2018 (%)	Indexador	Varição acumulada no período de julho a setembro de 2019 (%)	Varição acumulada no período de julho a setembro de 2018 (%)
Dólar Norte-Americano	8,67	3,84	IPCA	0,26	0,72
			CDI	1,52	1,59
			TJLP	(4,95)	(0,61)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2017	14.397.697	-
Saldo de empréstimos advindo da incorporação da Cemig Telecom	-	65.032
Empréstimos e financiamentos obtidos	2.446.269	-
Custo de transação	(12.016)	-
Recursos antecipados	9.625	-
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.443.878	65.032
Variação monetária	110.031	-
Variação cambial	781.297	-
Encargos financeiros provisionados	967.940	2.260
Amortização do custo de transação	26.323	285
Encargos financeiros pagos	(834.053)	(787)
Amortização de financiamentos	(2.504.654)	(9.416)
Subtotal	15.388.459	57.374
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	5.596	-
Saldos em 30 de setembro de 2018	15.394.055	57.374
Saldos em 31 de dezembro de 2018	14.771.828	45.081
Empréstimos obtidos	4.510.000	-
Custos de transação	(10.183)	-
Deságio na emissão de títulos	(23.095)	-
Variação monetária	99.890	-
Variação cambial	429.299	-
Encargos financeiros provisionados	948.312	2.343
Amortização do custo de transação	34.102	126
Encargos financeiros pagos	(845.994)	-
Amortização de financiamentos	(4.750.192)	-
Subtotal	15.163.967	47.550
(-) FIC Pampulha - títulos de empresas controladas	20.340	-
Saldos em 30 de setembro de 2019	15.184.307	47.550

Encargos financeiros capitalizados

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relacionados aos empréstimos.

As controladas Cemig D e Gasmig transferiram para o ativo intangível e para o ativo de contrato os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Encargos de empréstimos e financiamentos	948.312	967.940
Encargos financeiros capitalizados no ativo de contrato (1) (nota 19 e nota 16)	(23.352)	(23.508)
Efeito líquido no resultado	924.960	944.432

(1) A taxa média de capitalização foi de 7,54% a.a. em 2019 (9,64% a.a. em 2018).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins da Demonstração do Fluxo de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Emissora	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Índice Requerido Parajuru e Volta do Rio	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures Cemig GT (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	-	Semestral e anual
Eurobonds Cemig GT (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 31/12/2019 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	-	Semestral e anual
7ª emissão de debêntures Cemig D	Dívida Líquida / Ebitda ajustado	Manter índice igual ou inferior a: 3,8 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 31/12/2019 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 em diante	-	Semestral e anual
Debêntures GASMIG (3)	Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)	Menor que 0,6	-	-	Anual
	EBITDA/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,3	-	-	Anual
	EBITDA/Resultado Financeiro Líquido	Igual ou maior que 2,5	-	-	Anual
	Dívida Líquida/EBITDA	Igual ou menor que 2,5	-	-	Anual
Financiamento Caixa Econômica Federal Parajuru e Volta do Rio (4)	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	-	-	Manter índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
	Patrimônio Líquido/Passivo Total	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	-	-	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2%a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um covenant “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 1,75x (2,0 x em dez/17) e um covenant “de incorrência” de dívida com garantia real na Cemig GT em relação ao EBITDA de 1,5x.
- (3) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Gasmig constituirá, no prazo de 120 dias, contados das data da comunicação por escrito da BNDESPAR ou do BNDES, garantias aceitáveis aos debenturistas pelo valor total da dívida, observadas as normas do Conselho Monetário Nacional, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os índices requeridos. Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (*cross default*).
- (4) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem Covenants Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de julho de 2020.



As cláusulas restritivas permanecem em conformidade em 30 de setembro de 2019, com exceção do descumprimento de “*Covenant*” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Desta forma, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o montante de R\$174.702, referente aos empréstimos dessas controladas, que originalmente estavam classificados no passivo não circulante, exclusivamente, para atendimento ao requerimento do item 69 do CPC 26 (R1). Adicionalmente, a Companhia avaliou os possíveis desdobramentos desse assunto nos seus demais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que não seriam necessários ajustes adicionais.

As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento permanente foram atendidas em 30 de setembro de 2019.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 33.

24. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Passivo		
Reserva global de reversão – RGR	27.859	29.068
Conta de desenvolvimento energético – CDE	60.712	122.217
Taxa de fiscalização da Aneel	2.620	2.329
Eficiência energética	255.424	257.956
Pesquisa e desenvolvimento	210.896	224.970
Pesquisa expansão sistema energético	2.936	2.536
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	5.785	4.746
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - PROINFA	8.789	6.631
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	8.905	5.804
Encargo de capacidade emergencial	30.967	30.994
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	22.340	16
Outros	5.661	5.670
	642.894	692.937
Passivo circulante	480.389	514.412
Passivo não circulante	162.505	178.525

25. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	2.068.355	1.809.441	38.505	269.880	4.186.181
Despesa reconhecida no resultado	143.951	136.741	2.859	20.281	303.832
Contribuições pagas	(132.218)	(81.622)	(1.849)	(6.820)	(222.509)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2018	2.080.088	1.864.560	39.515	283.341	4.267.504
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	2.169.610	2.343.799	47.552	427.383	4.988.344
Despesa reconhecida no resultado	147.522	166.758	3.415	30.720	348.415
Contribuições pagas	(147.938)	(90.112)	(1.981)	(7.689)	(247.720)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2019	2.169.194	2.420.445	48.986	450.414	5.089.039
				30/09/2019	31/12/2018
Passivo Circulante				280.841	252.688
Passivo Não Circulante				4.808.198	4.735.656

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2017	333.484	111.568	2.659	11.786	459.497
Despesa reconhecida no resultado	23.750	8.080	193	961	32.984
Contribuições pagas	(6.505)	(4.998)	(116)	(254)	(11.873)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2018	350.729	114.650	2.736	12.493	480.608
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	357.354	132.188	3.198	16.711	509.451
Despesa reconhecida no resultado	24.442	9.191	228	1.236	35.097
Contribuições pagas	(7.278)	(6.082)	(126)	(297)	(13.783)
Passivo líquido em 30 de setembro de 2019	374.518	135.297	3.300	17.650	530.765
				30/09/2019	31/12/2018
Passivo Circulante				23.328	13.774
Passivo Não Circulante				507.437	495.677

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig e suas controladas, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$304.096 (R\$250.328 no período de janeiro a setembro de 2018), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$44.319 (R\$53.504 no período de janeiro a setembro de 2018).



Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$590.335 (R\$651.966 em 31 de dezembro de 2018). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia e suas controladas mantêm o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015 e 2016. Em 30 de setembro de 2019, o montante total a ser pago pela Companhia e suas controladas em decorrência dos déficits de 2015 e 2016 apurados no Plano A é de R\$553.065 (R\$377.449 em 31 de dezembro de 2018), com amortizações mensais até 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor dos instrumentos são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia e suas controladas ficarão dispensadas do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em 03 de abril de 2019, foi celebrado um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A relativo ao ano de 2017. O montante total a ser pago pela Companhia e suas controladas em decorrência do déficit de 2017 apurado no Plano A é de R\$178.328, com amortizações mensais até 2033. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

26. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2019
Trabalhistas	456.889	137.639	(36.179)	(59.034)	499.315
Cíveis					
Relações de consumo	18.876	14.618	(1.401)	(14.470)	17.623
Outras ações cíveis	29.011	12.292	(12.107)	(12.282)	16.914
	47.887	26.910	(13.508)	(26.752)	34.537
Tributárias	51.894	1.203.623	(8.416)	(21.454)	1.225.647
Ambientais	1.257	9	(1.151)	-	115
Regulatórias	36.691	1.835	(913)	(1.298)	36.315
Outras	46.053	12.893	(1.266)	(1.382)	56.298
Total	640.671	1.382.909	(61.433)	(109.920)	1.852.227

	Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2018
Trabalhistas	473.874	73.200	(39.590)	(26.533)	480.951
Cíveis					
Relações de consumo	18.632	14.227	(362)	(12.821)	19.676
Outras ações cíveis	43.105	7.685	(12.765)	(7.562)	30.463
	61.737	21.912	(13.127)	(20.383)	50.139
Tributárias	57.048	524	(6.075)	(328)	51.169
Ambientais	45	1.146	-	(27)	1.164
Regulatórias	39.812	14.048	-	(1.295)	52.565
Outras	45.597	6.436	(3.778)	(790)	47.465
Total	678.113	117.266	(62.570)	(49.356)	683.453

	Controladora				
	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2019
Trabalhistas	32.807	16.717	-	(3.649)	45.875
Cíveis					
Relações de consumo	931	262	(358)	(261)	574
Outras ações cíveis	759	2	(273)	(3)	485
	1.690	264	(631)	(264)	1.059
Tributárias	11.269	181.202	(6.816)	(21.387)	164.268
Regulatórias	17.180	425	(175)	(270)	17.160
Outras	1.258	272	(604)	-	926
Total	64.204	198.880	(8.226)	(25.570)	229.288

	Controladora					
	31/12/2017	Incorporação da Cemig Telecom	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2018
Trabalhistas	38.603	22	4.101	(3.402)	(4.101)	35.223
Cíveis						
Relações de consumo	1.024	-	915	-	(598)	1.341
Outras ações cíveis	958	-	2.913	-	(2.790)	1.081
	1.982	-	3.828	-	(3.388)	2.422
Tributárias	7.473	-	139	(87)	(17)	7.508
Regulatórias	13.959	-	5.336	-	(959)	18.336
Outras	1.177	-	129	(67)	(17)	1.222
Total	63.194	22	13.533	(3.556)	(8.482)	64.711



A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da posição financeira da Companhia e de suas controladas.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.678.320 (R\$1.724.929 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$491.414 foram provisionados (R\$456.889 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$97.509 (R\$87.573 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$7.901 foram provisionados mediante avaliação da Companhia dos efeitos da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), em maio de 2019, acerca do acórdão publicado pelo TST, nos processos classificados com probabilidade de perda provável que se encontram em fase de execução. Nenhuma provisão adicional foi constituída, uma vez que a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou a probabilidade de perda do mérito como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$66.861 (R\$66.399 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$17.623 (R\$18.876 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$293.297 (R\$277.048 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$16.914 (R\$29.011 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é, aproximadamente, de R\$199.287 (R\$160.420 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$38.943 (R\$46.472 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Adicionalmente às questões acima, a Companhia e suas controladas são partes em diversas ações judiciais em que se discutem a não incidência do Imposto Territorial Urbano – IPTU, relativamente aos imóveis afetos à concessão do serviço público. O valor da contingência é de R\$77.972 (R\$142.210 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$4.091 foram provisionados (R\$5.422 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Companhia tem logrado êxito em seus esforços no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário de IPTU tendo obtido decisões favoráveis em alguns casos, sendo este o principal fato que levou à redução do valor da contingência.

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa e/ou por entender que os valores questionados já encontravam-se dentro do prazo de decadência..

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.434.023 (R\$1.264.460 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$1.182.613 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$14.793 (R\$15.154 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$115 foram provisionados (R\$1.257 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por autoprodutor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$273.064 (R\$259.800 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$36.315 (R\$36.691 em 31 de dezembro de 2018) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia e suas controladas são partes em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos em razão de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$39.737 (R\$36.280 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Projeto Luz para todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$314.569 (R\$291.262 em 31 de dezembro de 2018) dos quais R\$3.917 foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações

A Companhia e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros, remoção de moradores de área de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$188.878 (R\$188.743 em 31 de dezembro de 2018), dos quais R\$12.644 foram provisionados (R\$11.030 em 31 de dezembro de 2018), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia e suas controladas.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:



Indenização do Anuênio

A Companhia e suas controladas pagaram uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia e suas controladas impetraram mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, que atualizado representa o valor de R\$280.463 (R\$274.871 em 31 de dezembro de 2018), registrado na conta de depósitos vinculados a litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$286.593 (R\$303.584 em 31 de dezembro de 2018) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia e suas controladas relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia e suas controladas apresentaram as defesas e aguardam julgamento. O valor da contingência é, aproximadamente, R\$92.063 (R\$155.177 em 31 de dezembro de 2018). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia e suas controladas estão contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$153.055 (R\$145.689 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).



Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada em conjunto com a Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, por meio da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$228.008 (R\$221.414 em 31 de dezembro de 2018) e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia e suas controladas nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$389.438 (R\$349.760 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Cemig e a sua controlada Cemig D são partes em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo, inclusive, obtido decisão parcial favorável e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$967.051 (R\$975.196 em 31 de dezembro de 2018), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em razão da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor sobre o caso, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, dispostas na Resoluções 414 e 456 da Aneel.



Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a Aneel atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Cemig GT, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$338.002 (R\$317.460 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig GT obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE, e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a controlada possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Cemig GT é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Cemig GT efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig GT e suas subsidiárias, contra essa decisão foi interposto recurso especial, sendo que em junho de 2019 o processo foi baixado, tendo em vista que a ação anulatória proposta pela Autora (APINE) transitou em julgado, tornando definitivo e irreversível o provimento jurisdicional que declarou a nulidade da Resolução CNPE nº 3/2013, na parte em que inclui os agentes de geração no rateio do custo do despacho adicional de usina para garantir o suprimento energético, mantendo-se definitivamente intacta a sistemática da Resolução CNPE nº 8/2007.



Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Cemig D ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$321.752 (R\$302.890 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Cemig GT invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Cemig GT interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, sendo a decisão final de competência do STJ e do STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$161.418 (R\$148.205 em 31 de dezembro de 2018).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Cemig GT, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$93.439 (R\$87.159 em 31 de dezembro de 2018).



Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$423.682 (R\$412.054 em 31 de dezembro de 2018) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Desequilíbrio Contratual

A Cemig D é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$98.586 (R\$90.288 em 31 de dezembro de 2018). A Cemig D classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o Capital Social da Companhia é de R\$7.293.763, representado por 487.614.213 ações ordinárias e 971.138.388 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00. Existe previsão no Estatuto para aumento do capital social até o limite de 10%, mediante deliberação do Conselho Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Lucro por ação

	Quantidade de ações	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Ações ordinárias já capitalizadas	487.614.213	487.614.213
Ações em tesouraria	(69)	(69)
	487.614.144	487.614.144
Ações preferenciais já capitalizadas	971.138.388	971.138.388
Ações em tesouraria	(560.649)	(560.649)
	970.577.739	970.577.739
Total	1.458.191.883	1.458.191.883

Lucro básico e diluído por ação

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 32 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

O cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	Jan a Set/ 2019	Jan a Set/ 2018	Jul a Set /2019	Jul a Set / 2018
Lucro líquido (Prejuízo) do período	2.630.391	698.249	(281.834)	244.540
Lucro líquido (Prejuízo) do período - operações em continuidade	2.406.324	662.601	(505.901)	230.264
Lucro líquido (Prejuízo) do período - operações descontinuadas	224.067	35.648	224.067	14.276
Total de ações	1.458.191.883	1.458.191.883	1.458.191.883	1.458.191.883
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – operações em continuidade (R\$)	1,65	0,46	(0,34)	0,16
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – operações descontinuadas (R\$)	0,15	0,02	0,15	0,01
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (R\$)	1,80	0,48	(0,19)	0,17

c) Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(227.287)	(256.943)
Controlada e controlada em conjunto		
Ajustes de passivos atuariais – benefícios a empregados	(1.712.005)	(1.681.484)
Custo atribuído de imobilizado	595.076	611.191
Ajustes de conversão de balanço	362	362
Outros	(141)	87
	(1.116.708)	(1.069.844)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.343.995)	(1.326.787)

d) Reservas de lucros

	30/09/2019	31/12/2018
Reserva legal	853.018	853.018
Reserva estatutária	57.215	57.215
Reserva de retenção de lucros	3.965.159	3.965.160
Reserva de incentivos fiscais	65.617	66.783
Reserva de dividendos obrigatórios não distribuído	1.419.847	1.419.846
	6.360.856	6.362.022

e) Dividendos

A movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada a seguir:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	863.703	861.420
Dividendos declarados – Participação de não controladores	489	-
Dividendos retidos – Governo do Estado de Minas Gerais (nota 12)	(17.892)	(17.892)
Dividendos pagos	(78.974)	(78.284)
Saldos em 30 de setembro de 2019	767.326	765.244

28. SUBSIDIÁRIAS COM PARTICIPAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NÃO CONTROLADORES

As informações financeiras das controladas as quais possuem participações significativas de não controladores são conforme segue:

Empresa	Participação societária detida por sócio não-controlador	
	30/09/2019	31/12/2018
Gasmig	0,43%	0,43%
Light S.A (1)	-	50,01%
LightGer (1)	-	25,51%
Guanhães (1)	-	25,51%
Axxion (1)	-	25,51%
UHE Itaocara (1)	-	25,51%

(1) Em 17 de julho de 2019, com a oferta pública de distribuição primária e secundária de ações de emissão da Light, a participação da Companhia nesta investida passou de 49,99% para 22,58%. Assim, considerando o seu direito de voto remanescente, a Companhia não mais controla a Light e demais investidas cujo controle é compartilhado com esta empresa. Mais informações nas notas explicativas nº 1, 16 e 36.

A movimentação das participações acumuladas de não controladores no patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

Investida	Gasmig	Light S.A	LightGer	Guanhães	Axxion	UHE Itaocara	Total
31 de dezembro de 2018	4.306	1.277.098	21.973	50.158	4.402	2.671	1.360.608
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas não controladores	527	-	-	-	-	-	527
Aumento de capital de acionistas não controladores	-	-	-	10.291	-	-	10.291
Outros resultados abrangentes	(6)	-	-	-	-	-	(6)
Dividendos propostos a acionistas não controladores	(489)	-	-	-	-	-	(489)
Baixa da participação de não controladores em razão da perda de controle (nota 36)		(1.277.098)	(21.973)	(60.449)	(4.402)	(2.671)	(1.366.593)
31 de dezembro de 2019	4.338	-	-	-	-	-	4.338

Lucro líquido (prejuízo) alocado às participações de não controladores:

Empresa	Consolidado	
	Jan a Set/2019	Jan a Set /2018
Gasmig	527	518
Total	527	518

Empresa	Consolidado	
	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018
Gasmig	152	220
Total	152	220

29. RECEITA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecida em bases mensais na medida em que ocorre: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

	Consolidado	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	19.804.233	18.163.647
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	1.976.904	1.419.958
CVA e outros componentes financeiros (c)	45.119	1.783.790
Receita de transmissão		
Receita de concessão de transmissão (d)	374.877	310.293
Receita de construção de transmissão (e)	150.158	12.726
Receita de indenização de transmissão (f)	124.057	208.164
Receita de indenização de geração	-	82.331
Receita de construção de distribuição (e)	656.570	579.480
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (g)	10.689	3.875
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (h)	244.069	245.730
Transações com energia na CCEE (i)	407.248	189.123
Fornecimento de gás	1.713.102	1.452.427
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(43.330)	(31.596)
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (Nota 9)	1.438.563	-
Outras receitas operacionais (j)	1.305.497	1.191.275
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (k)	(9.206.999)	(8.816.972)
Receita operacional líquida	19.000.757	16.794.251

	Consolidado	
	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	6.875.079	6.927.638
Receita de uso dos sistemas elétricos de distribuição – TUSD (b)	711.185	605.618
CVA e outros componentes financeiros (c)	(35.122)	633.118
Receita de transmissão		
Receita de concessão de transmissão (d)	132.134	103.711
Receita de construção de transmissão (e)	67.169	7.994
Receita de indenização de transmissão (f)	33.637	61.645
Receita de indenização de geração	-	47.868
Receita de construção de distribuição (e)	274.334	200.569
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição (g)	1.722	809
Receita de atualização financeira da bonificação pela outorga (h)	67.918	88.749
Transações com energia na CCEE (i)	9.811	29.157
Fornecimento de gás	581.869	553.448
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(7.820)	(5.915)
Outras receitas operacionais (j)	467.913	417.832
Impostos e encargos incidentes sobre a receita (k)	(3.109.043)	(3.419.959)
Receita operacional líquida	6.070.786	6.252.282

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

Reconhecidas por meio da entrega de energia elétrica, sendo a receita registrada na medida do faturamento, com base nas tarifas homologadas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor (cliente).

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	Jan a Set /2019	Jan a Set /2018	Jan a Set /2019	Jan a Set /2018
Residencial	7.849.611	7.648.175	7.123.899	6.268.428
Industrial	11.963.776	13.134.700	3.534.740	3.588.856
Comércio, serviços e outros	7.001.946	6.195.337	3.956.788	3.381.247
Rural	2.830.521	2.777.694	1.511.446	1.325.571
Poder público	660.766	641.551	470.080	409.581
Iluminação pública	1.034.410	1.038.236	458.995	424.413
Serviço público	994.653	977.151	528.871	463.169
Subtotal	32.335.683	32.412.844	17.584.819	15.861.265
Consumo Próprio	28.242	33.083	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	52.504	86.454
	32.363.925	32.445.927	17.637.323	15.947.719
Suprimento a outras concessionárias (2)	8.479.648	8.768.341	2.214.263	2.251.991
Suprimento não faturado líquido	-	-	(47.353)	(36.063)
Total	40.843.573	41.214.268	19.804.233	18.163.647

	MWh (1)		R\$	
	Jul a Set /2019	Jul a Set /2018	Jul a Set /2019	Jul a Set /2018
Residencial	2.557.935	2.497.296	2.458.671	2.402.379
Industrial	4.144.538	4.581.890	1.239.412	1.333.933
Comércio, serviços e outros	2.347.906	1.996.913	1.336.909	1.236.950
Rural	1.054.819	1.057.426	593.821	577.424
Poder público	205.123	207.162	158.343	157.262
Iluminação pública	348.477	349.429	167.642	172.248
Serviço público	315.588	323.919	195.474	186.888
Subtotal	10.974.386	11.014.035	6.150.272	6.067.084
Consumo Próprio	11.012	9.602	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(2.403)	38.312
	10.985.398	11.023.637	6.147.869	6.105.396
Suprimento a outras concessionárias (2)	2.979.882	3.160.972	755.593	783.975
Suprimento não faturado líquido	-	-	(28.383)	38.267
Total	13.965.280	14.184.609	6.875.079	6.927.638

(1) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores, cobrados com base na tarifa definida pelo órgão regulador.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

O resultado decorrente das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da controlada Cemig D e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

d) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Concessão de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à construção, operação e manutenção (O&M) da rede de linhas de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de R\$8.483 de janeiro a setembro de 2019 (R\$11.977 de janeiro a setembro de 2018).

e) Receita de Construção

A receita de construção é integralmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos de contrato.

**f) Receita de Indenização de Transmissão**

Correspondente à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização de transmissão a receber, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

g) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição

Receita decorrente da atualização monetária da Base de Remuneração de Ativos.

h) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 15.

i) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

j) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Serviço taxado	13.025	9.543
Prestações de serviços	137.247	136.620
Subvenções (1)	936.929	837.243
Aluguel e arrendamento	151.569	65.137
Ressarcimentos contratuais	64.640	135.727
Outras	2.087	7.005
	1.305.497	1.191.275

	Consolidado	
	Jul a Set/2019	Jul a Set /2018
Serviço taxado	4.643	3.743
Prestações de serviços	47.421	46.180
Subvenções (1)	330.009	290.336
Aluguel e arrendamento	86.373	22.577
Ressarcimentos contratuais	-	51.635
Outras	(533)	3.361
	467.913	417.832

- (1) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios governamentais incidentes nas tarifas aplicáveis aos clientes do serviço de distribuição e transmissão de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

k) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	Jan a Set /2019	Jan a Set /2018
Tributos sobre a Receita		
ICMS	4.691.894	4.093.112
COFINS	1.821.515	1.882.429
PIS-PASEP	396.616	406.686
Outros	5.996	5.497
	6.916.021	6.387.724
Encargos do Consumidor		
Reserva global de reversão – RGR	12.600	14.902
Programa de eficiência energética – PEE	49.814	48.328
Conta de desenvolvimento energético – CDE	1.970.285	1.835.412
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	30.225	28.716
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	30.225	28.716
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	15.113	14.359
Encargos do consumidor – PROINFA	39.369	29.620
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	21.863	19.415
Compensação financeira utilização recursos hídricos	28.105	35.299
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	93.342	374.481
Outros	37	-
	2.290.978	2.429.248
	9.206.999	8.816.972

	Consolidado	
	Jul a Set /2019	Jul a Set /2018
Tributos sobre a Receita		
ICMS	1.639.149	1.575.191
COFINS	557.256	711.820
PIS-PASEP	120.981	154.537
Outros	1.865	1.786
	2.319.251	2.443.334
Encargos do Consumidor		
Reserva global de reversão – RGR	3.863	4.490
Programa de eficiência energética – PEE	17.224	18.484
Conta de desenvolvimento energético – CDE	638.919	654.452
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	9.586	10.077
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico – FNDCT	9.586	10.077
Pesquisa expansão sistema energético – EPE/MME	4.794	5.039
Encargos do consumidor – PROINFA	13.040	10.177
Taxa fiscalização serviços energia elétrica	7.691	6.820
Compensação financeira utilização recursos hídricos	11.593	7.587
Encargos do consumidor - bandeiras tarifárias	73.474	249.422
Outros	22	-
	789.792	976.625
	3.109.043	3.419.959

30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A composição dos custos e despesas operacionais da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set /2019	Jan a Set /2018	Jan a Set /2019	Jan a Set /2018
Pessoal (a)	981.422	988.381	23.094	29.168
Participação dos empregados e administradores no resultado	159.943	22.821	12.323	5.926
Obrigações pós-emprego - nota 25	304.096	250.328	32.916	30.352
Materiais	60.706	74.419	189	1.101
Serviços de terceiros (b)	893.945	752.835	30.099	17.319
Energia elétrica comprada para revenda (c)	8.154.308	8.576.061	-	-
Depreciação e amortização	723.322	619.104	3.668	761
Provisões e ajustes para perdas operacionais (d)	2.275.422	402.118	190.837	71.952
Encargos de uso da rede básica de transmissão	1.077.387	1.140.903	-	-
Gás comprado para revenda	1.100.302	897.903	-	-
Custos de construção de infraestrutura (e)	806.728	592.206	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	188.595	263.141	6.424	9.089
	16.726.176	14.580.220	299.550	165.668

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set /2019	Jul a Set /2018	Jul a Set /2019	Jul a Set /2018
Pessoal (a)	304.350	308.141	4.725	9.201
Participação dos empregados e administradores no resultado (reversão)	(14.572)	94	1.116	-
Obrigações pós-emprego - nota 24	105.397	80.931	11.170	9.993
Materiais	20.450	40.713	95	337
Serviços de terceiros (b)	307.976	262.489	18.740	7.916
Energia elétrica comprada para revenda (c)	3.034.108	3.493.463	-	-
Depreciação e amortização	244.023	207.804	1.270	545
Provisões e ajustes para perdas operacionais (d)	1.297.043	134.799	154.992	(6.237)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	376.216	332.323	-	-
Gás comprado para revenda	375.140	341.445	-	-
Custos de construção de infraestrutura (e)	341.503	208.563	-	-
Outras despesas operacionais líquidas (f)	94.741	111.533	1.917	1.741
	6.486.375	5.522.298	194.025	23.496

Para detalhes sobre os custos e despesas de operações descontinuadas, vide nota explicativa nº 36.

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2019

Em dezembro de 2018, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2019), com período de adesão de 07 a 31 de janeiro de 2019, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço igual ou superior a 25 anos na empresa até 31 de dezembro de 2018. O programa previa o pagamento das verbas rescisórias legais, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação, sem previsão de pagamento de prêmio adicional.

Em março de 2019, a Companhia aprovou a reabertura do programa de desligamento voluntário (PDVP 2019), com período de adesão de 1º a 10 de abril de 2019 e alteração dos requisitos para tanto, mantendo-se as mesmas condições financeiras.

O montante apropriado na fase de reabertura do PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$ 65.596 (458 empregados) registrados no resultado de 2018 e R\$21.491, (155 empregados) registrado em março de 2019.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	95.928	99.260	-	-
Comunicação	48.554	59.324	1.906	8.456
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	289.102	220.610	25	15
Conservação e limpeza de prédios	81.331	82.299	210	555
Mão de obra contratada	7.814	16.901	8	110
Fretes e passagens	4.886	5.088	913	1.360
Hospedagem e alimentação	9.773	8.612	135	144
Vigilância	12.700	15.475	-	-
Consultoria	15.217	5.198	4.744	1.422
Manutenção/conservação de móveis utensílios	3.388	2.376	2	14
Tecnologia da informação	38.325	34.509	869	2.874
Manutenção e conservação de veículos	1.949	1.554	-	1
Corte e religação	52.732	37.847	-	-
Meio ambiente	8.933	7.800	-	-
Serviços advocatícios	17.846	17.777	1.208	2.191
Custas processuais	878	1.502	111	-
Poda de árvores	34.273	17.137	-	-
Limpeza de faixa	44.604	27.561	-	-
Reprografia e publicações legais	16.212	14.997	413	408
Inspeção de unidades consumidoras	9.744	6.690	-	-
Outras despesas	99.756	70.318	19.555	(231)
	893.945	752.835	30.099	17.319

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2019	Jul a Set/2018	Jul a Set/2019	Jul a Set/2018
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	31.594	33.722	-	-
Comunicação	14.096	23.379	210	6.248
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	90.689	68.562	19	3
Conservação e limpeza de prédios	27.471	29.534	44	261
Mão de obra contratada	1.574	6.072	8	8
Fretes e passagens	1.597	1.874	279	644
Hospedagem e alimentação	3.245	2.996	58	47
Vigilância	4.498	5.350	-	-
Consultoria	5.707	335	525	524
Manutenção/conservação de móveis utensílios	1.078	1.025	2	1
Tecnologia da informação	14.426	12.011	263	1.549
Manutenção e conservação de veículos	716	509	-	1
Corte e religação	18.190	15.122	-	-
Meio ambiente	2.643	3.141	-	-
Serviços advocatícios	6.356	6.676	481	1.731
Custas processuais	702	516	29	-
Poda de árvores	12.942	7.220	-	-
Limpeza de faixa	15.802	13.869	-	-
Reprografia e publicações legais	6.499	6.377	289	74
Inspeção de unidades consumidoras	4.521	2.016	-	-
Outras despesas	43.630	22.183	16.533	(3.175)
	307.976	262.489	18.740	7.916



c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	Jan a Set /2019	Jan a Set /2018
Energia de Itaipu Binacional	1.066.473	1.007.675
Contratos por cotas de garantia física	527.410	500.876
Cotas das usinas de Angra I e II	201.879	200.135
Energia de curto prazo	1.248.444	1.662.386
PROINFA	285.925	239.543
Contratos bilaterais	231.229	294.682
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	2.211.759	2.558.096
Energia adquirida no ambiente livre	3.006.561	2.865.557
Geração distribuída	137.349	62.850
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(762.721)	(815.739)
	8.154.308	8.576.061

	Consolidado	
	Jul a Set /2019	Jul a Set /2018
Energia de Itaipu Binacional	372.296	374.255
Contratos por cotas de garantia física	163.052	189.251
Cotas das usinas de Angra I e II	67.293	66.712
Energia de curto prazo	486.177	733.160
PROINFA	95.308	79.847
Contratos bilaterais	79.750	149.543
Energia adquirida através de leilão em ambiente regulado	816.193	1.077.340
Energia adquirida no ambiente livre	1.168.392	1.121.959
Geração distribuída	54.491	24.354
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(268.844)	(322.958)
	3.034.108	3.493.463

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	228.361	227.789	-	-
Perdas estimadas (reversões) em outros créditos a receber (1)	4.935	(4.934)	183	-
Perdas estimadas em mútuos com partes relacionadas relacionadas (3) (nota 32)	688.031	-	-	-
Provisão (reversão) para Contingências (2) (nota 26)				
Trabalhistas	101.460	33.610	16.717	699
Cíveis	13.402	8.785	(367)	3.828
Tributárias	1.195.207	(5.551)	174.386	52
Ambientais	(1.142)	1.146	-	-
Regulatórias	922	14.048	250	5.336
Outras	11.627	2.658	(332)	62
	1.321.476	54.696	190.654	9.977
	2.242.803	277.551	190.837	9.977
Ajustes para perdas				
Opção de venda RME e LEPSA (nota 29)	-	61.975	-	61.975
Opção de venda SAAG (nota 33)	32.619	62.592	-	-
	32.619	124.567	-	61.975
	2.275.422	402.118	190.837	71.952

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set /2019	Jul a Set /2018	Jul a Set /2019	Jul a Set /2018
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	101.383	60.232	-	-
Provisão (reversão) para Contingências (2) (nota 26)				
Trabalhistas	(5.098)	36.670	865	(10.185)
Cíveis	12.326	(3.743)	143	2.283
Tributárias	1.175.896	(2.345)	154.118	65
Ambientais	(1.251)	1.115	-	-
Regulatórias	(29)	3.979	(357)	1.627
Outras	3.143	984	223	52
	1.184.987	36.660	154.992	(6.158)
	1.286.370	96.892	154.992	(6.158)
Ajustes para perdas				
Opção de venda RME e LEPSA (nota 29)	-	(79)	-	(79)
Opção de venda SAAG (nota 33)	10.673	37.986	-	-
	10.673	37.907	-	(79)
	1.297.043	134.799	154.992	(6.237)

- (1) A perda estimada para outros créditos a receber é apresentada na demonstração de resultado como despesa operacional.
- (2) As provisões para contingências da controladora são apresentadas na demonstração dos resultados do período como custos operacionais.
- (3) Perdas estimadas sobre os valores a receber da Renova, como resultado de avaliação do risco de crédito da controlada em conjunto.

e) Custo de Construção de Infraestrutura

	Consolidado			
	Jan a Set /2019	Jan a Set /2018	Jul a Set /2019	Jul a Set /2018
Pessoal e administradores	53.817	51.840	23.419	17.780
Materiais	400.309	222.111	171.546	72.497
Serviços de terceiros	281.310	255.383	125.945	91.294
Outros	71.292	62.872	20.593	26.992
	806.728	592.206	341.503	208.563

f) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set /2019	Jan a Set /2018	Jan a Set /2019	Jan a Set /2018
Arrendamentos e aluguéis (1)	4.839	69.130	1.262	3.722
Propaganda e publicidade	5.030	4.476	234	209
Consumo próprio de energia elétrica	14.030	20.453	-	-
Subvenções e doações	9.114	13.333	-	2.296
Concessão onerosa	2.127	2.068	-	-
Seguros	6.968	5.065	1.238	1.184
Anuidade CCEE	4.653	5.460	1	1
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	27.993	14.817	529	468
Forluz – custeio administrativo	22.782	21.291	1.100	929
Agentes arrecadadores	64.480	56.558	-	-
Impostos e taxas	8.712	7.870	656	586
Baixas (2)	-	26.999	-	-
Outras despesas (3)	17.867	15.621	1.404	(306)
	188.595	263.141	6.424	9.089

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set /2019	Jul a Set /2018	Jul a Set /2019	Jul a Set /2018
Arrendamentos e aluguéis (1)	3.056	23.766	(11)	1.525
Propaganda e publicidade	3.069	1.383	168	51
Consumo próprio de energia elétrica	5.925	6.978	-	-
Subvenções e doações	4.530	6.764	-	985
Concessão onerosa	840	622	-	-
Seguros	2.427	1.422	414	404
Anuidade CCEE	1.575	1.709	-	-
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	15.607	7.122	529	-
Forluz – custeio administrativo	8.758	6.709	412	325
Agentes arrecadadores	22.124	21.160	-	-
Impostos e taxas	1.144	1.112	145	106
Baixas (2)	-	26.999	-	-
Outras despesas (3)	25.686	5.787	260	(1.655)
	94.741	111.533	1.917	1.741

- (1) A partir de 1º de janeiro de 2019, os arrendamentos e aluguéis passaram a ser registrados de acordo com a IFRS 16/ CPC 06 (R2), conforme notas explicativas nº 2.2 e 20.
- (2) Baixa do custo atribuído das Usinas Miranda e São Simão, em 2018, em decorrência do recebimento da indenização relativa aos projetos básicos destas usinas.
- (3) As perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas) estão líquidas da reversão das provisões constituídas em períodos anteriores.

31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Set /2019	Jan a Set /2018	Jan a Set /2019	Jan a Set /2018
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	82.432	80.958	7.857	7.383
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	272.597	259.680	-	71
Variação monetária	19.698	14.735	2	27
Variação monetária – CVA (nota 15)	84.871	35.180	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	32.872	32.308	7.962	19.337
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas financeiras (1)	(63.796)	(33.571)	(7.219)	(4.309)
Ganhos com instrumentos financeiros (nota 33)	1.099.230	322.847	-	-
Rendas de Antecipação de Pagamento	3.938	-	1	-
Encargos de créditos com partes relacionadas (nota 32)	47.596	-	-	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 9)	1.575.281	-	303.658	-
Outras	87.244	139.325	1.629	6.453
	3.241.963	851.462	313.890	28.962
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(924.960)	(944.432)	(2.343)	(2.260)
Amortização do custo de transação (nota 23)	(34.102)	(26.323)	(126)	(285)
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos (nota 23)	(429.299)	(781.297)	-	-
Variações cambiais – Itaipu Binacional	(11.674)	(44.283)	-	-
Variação monetária – empréstimos e financiamentos (nota 23)	(99.890)	(110.031)	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	(1.662)	(3.354)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego (nota 25)	(44.319)	(53.504)	(2.181)	(2.632)
Atualização financeira – adiantamento de clientes (nota 7)	(1.457)	(9.184)	-	-
Variação monetária de arrendamento (nota 20)	(27.630)	-	(420)	-
Outras	(93.734)	(66.384)	(18.049)	(8.280)
	(1.668.727)	(2.038.792)	(23.119)	(13.457)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	1.573.236	(1.187.330)	290.771	15.505

- (1) As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set /2019	Jul a Set /2018	Jul a Set /2019	Jul a Set/2018
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	31.564	39.108	5.969	2.452
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	90.146	91.730	-	27
Variações cambiais – Empréstimos e financiamentos	(70.470)	(2.561)	-	(7)
Variação monetária	6.825	3.239	1	19
Variação monetária – CVA	31.825	23.894	-	-
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	12.966	17.085	1.488	7.076
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre as receitas financeiras (1)	(13.044)	(13.527)	(1.876)	(2.008)
Ganhos com instrumentos financeiros	485.836	142.451	-	33
Rendas de Antecipação de Pagamento	1.625	(14.767)	-	(15)
Encargos de créditos com partes relacionadas	1.617	(17.236)	-	-
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 9)	22.169	-	2.827	-
Outras	17.916	93.379	367	2.593
	618.975	362.795	8.776	10.170
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(319.008)	(341.469)	(801)	(1.104)
Amortização do custo de transação	(20.154)	(10.775)	(45)	(132)
Variações cambiais – empréstimos e financiamentos	(429.299)	(227.019)	-	7
Variações cambiais – Itaipu Binacional	(8.542)	(17.814)	-	-
Variação monetária – empréstimos e financiamentos	(17.179)	(44.726)	-	-
Variação monetária – Concessão Onerosa	114	(1.097)	-	-
Encargos e variação monetária de obrigação pós-emprego	(10.741)	(20.345)	(529)	(1.001)
Atualização financeira – adiantamento de clientes	-	(2.369)	-	-
Variação monetária de arrendamento	(9.298)	-	(134)	-
Outras	(38.659)	(29.879)	(3.159)	(8.142)
	(852.766)	(695.493)	(4.668)	(10.372)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(233.791)	(332.698)	4.108	(202)

(2) As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	324.514	244.960	-	-	118.684	120.505	-	-
Contribuição para iluminação Pública (CIP) (1)	2.050	2.050	-	-	-	-	-	-
ICMS – antecipação (2)	-	-	-	-	-	1.299	-	-
Não circulante								
Contas a receber – AFAC (3)	237.763	245.566	-	-	10.091	19.965	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	15.463	12.957	29.607	24.846	(123.415)	(125.879)
Prestação de serviços (5)	1.129	1.792	-	-	6.350	8.846	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	90.664	-	-	-	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	737	969	-	-	(5.800)	(5.603)
Prestação de serviço (5)	280	211	-	-	762	669	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	13.563	-	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	5.648	5.669	68.821	64.111	50.484	54.180	(537.572)	(569.544)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	-	6.785	-	-	-	8.020	-	-
Ressarcimento de energia descontratada (7)	13.953	42.046	-	-	2.911	886	-	-
Não circulante								
Ressarcimento de energia descontratada (7)	-	3.504	-	-	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	130	130	6.442	5.841	14.977	12.078	(169.423)	(146.930)
Adiantamento de entrega futura de energia (8)	30.006	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia (8)	10.075	-	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	2.018	-	-	-	(15.366)	(16.592)
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	1.816	1.303	-	-	(13.618)	(14.385)
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.143	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	149	544	-	-	(3.434)	(4.785)
Juros sobre capital próprio e dividendos	5.718	5.718	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	2.460	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	-	515	4.447	-	-	(87.944)
Não circulante								
Contas a receber (9)	-	594.323	-	-	93.708	83.952	(688.031)	-
Light								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	261	374	1.274	502	79.302	38.187	(6.425)	(825)
Juros sobre capital próprio e dividendos	19.683	19.683	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (4)	-	-	7.202	8.295	35	34	(72.224)	(85.921)
Prestação de serviço (5)	174	130	-	-	446	424	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços (10)	-	-	2.081	195	139	-	-	-
Centroeste								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.218	1.218	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	136.875	273.570	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	832.551	727.011	-	-	9.221	7.535	-	-
(-) Títulos emitidos por empresas controladas (Nota 23)	(3.168)	(23.508)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	101.151	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (11)	-	-	140.503	123.184	-	-	(147.522)	(143.951)
Contribuições para suplementação de aposentadoria – plano de contribuição definida (12)	-	-	-	-	-	-	(55.808)	(54.344)
Custeio administrativo (13)	-	-	-	-	-	-	(22.781)	(21.290)
Arrendamento operacional (14)	196.105	-	47.226	1.778	-	-	(42.312)	(33.983)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (13)	-	-	2.028.691	2.046.426	-	-	-	-
Arrendamento operacional (14)	-	-	153.871	-	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (15)	-	-	136.119	120.344	-	-	(170.173)	(139.600)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (15)	-	-	2.333.312	2.271.007	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo o preço da transação definido pela Aneel por meio de resolução homologatória do reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida – TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos ao fornecimento de energia que encontravam-se em aberto, no montante de R\$113.032, a serem liquidados em 24 parcelas, atualizadas mensalmente conforme a variação do IGP-M, com vencimento até novembro de 2019. A primeira parcela, no montante de R\$5.418, foi quitada em dezembro de 2017, encontrando-se 18 parcelas vencidas em 30 de setembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Valor da CIP referente ao TARD em 31/09/2019 é de R\$2.050.
- Antecipação de ICMS conforme Decreto nº 47.488 do Estado de Minas Gerais ocorrida em 2018.
- Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. Para mais informações, consultar a nota explicativa nº 12;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores foram realizadas por meio de leilões organizados pelo Governo Federal. As operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- Em 2017, foram antecipados R\$70.100 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia, sendo R\$51.874 pela Cemig GT, e R\$11.917 e R\$6.309 pela Sá Carvalho e Rosal, respectivamente. O pagamento da última parcela foi realizado em janeiro de 2019;
- Refere-se ao ressarcimento de energia descontratada em função de alteração dos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR acordado entre a Santo Antônio Energia S.A, controlada da Madeira Energia, e a Cemig Distribuição, totalizando o montante de R\$84.092 a ser liquidados em 24 parcelas mensais e atualizados mensalmente pela Selic com vencimento até janeiro de 2020. O valor remanescente em 30 de setembro de 2019 é R\$13.953;
- Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feito em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecido por meio de Leilão, sendo o contrato correspondente registrado na CCEE. A Norte Energia entregará a energia elétrica contratada no período de 01/01/2020 a 31/12/2020, no montante total de R\$40.081. Desse total, R\$30.006 estão apresentados no ativo circulante e o montante de R\$10.075 no ativo não circulante em 30 de setembro de 2019. Não há previsão de atualização financeira para o contrato.
- Conforme mencionado na nota explicativa nº 17 (b), em junho de 2019, em face às incertezas relacionadas à continuidade da Renova, foi registrada uma perda estimada na realização dos créditos pelo valor integral do saldo dos recebíveis detidos pela Companhia contra a investida, no montante total de R\$688 milhões;
- Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 25);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até outubro de 2020 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e agosto de 2024 (podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em outubro de 2019, ficou acordado entre a Cemig e a Forluz a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves até 30 de novembro de 2019.
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 25).

Dividendos a receber de controladas

Dividendos a Receber	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Cemig GT	-	-	617.121	659.622
Cemig D	-	-	182.435	267.435
Gasmig	-	-	56.843	-
Outras (1)	41.326	119.743	23.313	18.527
	41.326	119.743	879.712	945.584

(1) As controladas que compõem os montantes apresentados em “outras” estão divulgadas na tabela acima em “Juros sobre Capital Próprio e Dividendos”.

Mútuo partes relacionadas

Em setembro de 2018 foi firmado contrato de mútuo entre a Cemig GT (mutuante) e Cemig (mutuário), no montante de R\$400.000. O mútuo é acrescido de juros anuais de 125,52% do CDI. Como garantia, foi assinado pela Companhia uma Nota Promissória no valor global de R\$442.258, correspondente ao montante da dívida acrescido dos juros estimados para o período de 15 meses de vigência do contrato. Em 13 de março de 2019 foram amortizados R\$46.599 e, em 19 de julho de 2019, houve liquidação integral do mútuo, pelo montante de R\$377.980.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas que não são consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de coligadas e controladas em conjunto:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	30/09/2019	Vencimento
Light (1)	Coligada	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia (NESA)	Coligada	Fiança	Financiamento	2.589.350	2042
Santo Antônio Energia (SAESA) (2)	Coligada	Aval	Financiamento	929.358	2034
Santo Antônio Energia (SAESA) (2)	Coligada	Fiança	Debêntures	427.458	2037
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	5.796	2023
				4.635.577	

(1) Relacionada ao financiamento da Norte Energia.

(2) Garantia pela Companhia Energética de Minas Gerais, à SAESA na forma de Fiança Corporativa.

Em 30 de setembro de 2019, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de “Debêntures” no passivo circulante e não circulante, em 30 de setembro de 2019.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do título	Tipo	Condições contratuais anuais	Vencimento	30/09/2019				
				Cemig 8,33%	Cemig GT 7,76%	Cemig D 0,20%	Demais controladas 15,43%(1)	Total 31,72%
ETAU (1)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	851	793	20	1.577	3.241
				851	793	20	1.577	3.241

Emissor do título	Tipo	Condições contratuais anuais	Vencimento	31/12/2018				
				Cemig 4,65%	Cemig GT 0,75%	Cemig D 24,47%	Demais controladas 14,33% (1)	Total 44,20%
ETAU (1)	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	468	75	2.463	1.442	4.448
LIGHT	Nota promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	334	54	1.754	1.130	3.272
				802	129	4.217	2.572	7.720

(1) Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Set/2019	Jan a Set/2018
Remuneração	19.053	23.626
Participação nos resultados	4.914	131
Benefícios assistenciais	1.229	1.801
Total	25.196	25.558

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	30/09/2019		31/12/2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários – Aplicações financeiras	2	93.173	93.173	116.513	116.513
Consumidores, revendedores e concessionários – Transporte de energia	2	4.319.643	4.319.643	3.927.651	3.927.651
Fundos vinculados	2	15.809	15.809	90.993	90.993
Consumidores – Contas a receber do Estado de Minas Gerais	2	324.514	324.514	244.960	244.960
Outras contas a receber do Estado de Minas Gerais (CIP)		2.050	2.050	2.050	2.050
Contas a receber do Estado de Minas Gerais (AFAC)	2	237.763	237.763	245.566	245.566
Ativos financeiros da concessão - Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	1.099.974	1.099.974	1.080.693	1.080.693
Reembolso de subsídios tarifários	2	96.875	96.875	90.845	90.845
Subvenção baixa renda	2	29.195	29.195	30.232	30.232
Depósitos vinculados a litígios	2	2.534.074	2.534.074	2.501.512	2.501.512
Bonificação pela outorga – concessões de geração	3	2.459.835	2.459.835	2.408.930	2.408.930
Indenizações a receber – Transmissão		1.302.889	1.302.889	1.296.314	1.296.314
Contas a receber – Renova	2	-	-	507.038	507.038
Ressarcimento – desconstratação de energia	2	-	-	45.550	45.550
		12.515.794	12.515.794	12.588.847	12.588.847
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras		597.815	597.815	783.288	783.288
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	249	249	-	-
Letras financeiras do tesouro (LFTs)	1	580.233	580.233	253.868	253.868
Letras financeiras – Bancos	2	196.977	196.977	434.735	434.735
Debêntures	2	5.259	5.259	7.118	7.118
		1.380.533	1.380.533	1.479.009	1.479.009
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	3	1.870.106	1.870.106	813.335	813.335
Instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda Ativas e Sonda)	3	4.975	4.975	4.460	4.460
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	436.498	436.498	395.743	395.743
Indenizações a receber – geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		4.508.314	4.508.314	3.508.749	3.508.749
		17.024.108	17.024.108	16.097.596	16.097.596
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2	(15.184.307)	(15.184.307)	(14.771.828)	(14.771.828)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(590.335)	(590.335)	(651.966)	(651.966)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(553.065)	(553.065)	(377.449)	(377.449)
Concessões a pagar	3	(19.212)	(19.212)	(18.747)	(18.747)
Fornecedores	2	(2.058.732)	(2.058.732)	(1.801.252)	(1.801.252)
Operações de arrendamento mercantil (2)	2	(306.136)	(306.136)	-	-
		(18.711.787)	(18.711.787)	(17.621.242)	(17.621.242)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda SAAG)	3	(451.767)	(451.767)	(419.148)	(419.148)
		(451.767)	(451.767)	(419.148)	(419.148)
		(19.163.554)	(19.163.554)	(18.040.390)	(18.040.390)

- (1) Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros;
(2) Os arrendamentos foram reconhecidos em função da adoção inicial da IFRS 16/CPC 06 (R2). Mais informações na nota explicativa nº 20.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição e Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 15 destas informações contábeis intermediárias.

Indenizações a Receber – Transmissão: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função da aceitação dos termos da Lei 12.783/13, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. Os critérios de VNR e taxas do WACC regulatório são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig.

Indenizações a Receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.



Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções da SAAG, RME e Sonda. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias.

Operações de Swap: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de mercado, em Reais.

Outros passivos financeiros: a Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 133,06% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles empréstimos, financiamentos e debêntures e para dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,70% a 8,07%, CDI + 0,46% a 2,75%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos financeiros – derivativos

Opções de venda

A Companhia e suas controladas possuem determinadas opções de venda para as quais realiza-se o cálculo do valor justo da opção com base no modelo *Black and Scholes Merton* (BSM), no qual as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 30 de setembro de 2019; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.

Analiticamente, o cálculo do preço de exercício das opções, da taxa de juros livre de risco e do tempo até o vencimento é primariamente determinístico, de modo que a principal divergência entre as PUT's se dá na mensuração do preço de fechamento e na volatilidade do ativo objeto.

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as opções da Companhia são como segue:

Consolidado	30/09/2019	31/12/2018
Opção de venda SAAG	451.767	419.148
Opção de venda /compra – Ativas e Sonda	(4.975)	(4.460)
	<u>446.792</u>	<u>414.688</u>



Opção de venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo por meio dos resultados.

A Cemig GT utiliza para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”). Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como participações diretas na MESA. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de setembro de 2019 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$451.767 (R\$419.148 em 31 de dezembro de 2018), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	311.593
Variação do valor justo	62.592
Saldo em 30 de setembro de 2018	374.185
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148
Variação do valor justo	32.619
Saldo em 30 de setembro de 2019	451.767

A Cemig GT efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 3,21% a 7,21% ao ano e volatilidade entre 13% e 73% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$434.041 e R\$470.985, respectivamente.



Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Opções Sonda

Como parte do processo de reestruturação societária, foram assinados, entre a Cemig Telecom e Sonda, Contrato de Outorga de Opção de Compra (emitida por Cemig Telecom) e Venda (emitida por Sonda). Com a incorporação da Cemig Telecom pela Cemig, ocorrida em em 31 de março de 2018, o contrato de opção passa a ser entre a Cemig e a Sonda.

Assim, a Cemig fica simultaneamente com um direito (opção de venda) e uma obrigação (opção de compra). O preço de exercício da opção de venda será equivalente a quinze vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. O preço de exercício da opção de compra, por sua vez, será equivalente a dezessete vezes o lucro líquido ajustado da Ativas do exercício fiscal anterior à data de exercício. Ambas as opções, se exercidas, resultam na venda das ações da Ativas atualmente detida pela Companhia e o exercício de uma das opções resulta na nulidade da outra. As opções serão exercíveis a partir de 1º de janeiro de 2021.

As opções de compra e venda de ações da Ativas (“Opções Ativas”) foram mensuradas a valor justo e registradas pelo seu valor líquido, pela diferença entre os valores justos das duas opções na data de fechamento das informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2019. De acordo com o valor das opções, o valor líquido das Opções Ativas pode constituir um ativo ou um passivo da Companhia.

A mensuração foi efetuada mediante a utilização do modelo de Black-Scholes-Merton (BSM). No cálculo do valor justo das Opções Ativas com base no modelo BSM, as seguintes variáveis são contempladas: preço de fechamento do ativo objeto na data de 30 de setembro de 2019, taxa de juros livre de risco, volatilidade do preço do ativo objeto, tempo até o vencimento da opção, preços de exercício na data de exercício.

O preço de fechamento do ativo objeto embasou-se no valuation elaborado por empresa de consultoria especializada. A data base da avaliação é 30 de setembro de 2019, mesma data de fechamento das informações contábeis intermediárias da Companhia, e a metodologia utilizada para cálculo do valor justo da Empresa é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD) no valor da transação de ações da Ativas pela Sonda, ocorrida em 19 de outubro de 2016. O cálculo da taxa de juros livre de risco foi embasado em rendimentos de Letras do Tesouro Nacional. O tempo até o vencimento foi calculado assumindo a data de exercício em 31 de dezembro de 2021.

Considerando que os preços de exercício das opções são contingentes aos resultados contábeis futuros da Ativas, a estimativa dos preços de exercício na data de vencimento embasou-se em análises estatísticas e em informações de empresas comparáveis com ações listadas em bolsa.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Cemig GT é denominada em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 30 de setembro de 2019, no montante de R\$1.099.230 (ajuste positivo de R\$322.847 em 30 de setembro de 2018), registrado no resultado financeiro.

A Companhia e suas controladas possuem um Comitê de Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar planos de ação, a fixação de diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual e a Companhia é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Cemig GT.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato 30/09/2019	Valor justo 30/09/2019	Valor conforme contrato 31/12/2018	Valor justo 31/12/2018
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	920.376	1.355.766	679.530	626.888
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	162.591	514.340	32.781	186.447
					1.082.967	1.870.106	712.311	813.335
Ativo circulante						215.996		69.643
Ativo não circulante						1.654.110		743.692

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de Call Spread do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e swap da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.

- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).



A Cemig GT utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do Swap são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo Black & Scholes.

O valor justo apurado em 30 de setembro de 2019 foi de R\$1.870.106 (R\$813.335 em 31 de dezembro de 2018), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação dos derivativos em 30 de setembro de 2019, porém os contratos de swap protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (accrual) de R\$1.082.967 em 30 de setembro de 2019 (R\$712.311 em 31 de dezembro de 2018).

A Cemig GT está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (swap e call spread), ao fim do período contábil, em R\$1.112.117 referente à opção (call spread) e R\$699.109 referentes ao swap, totalizando R\$1.811.226.

A Cemig GT mensurou os efeitos em seu resultado da redução em 25% e 50% do valor justo estimado para o cenário provável, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e consolidado	Cenário base 30/09/2019	Cenário provável	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
Swap ponta ativa	6.686.714	6.489.504	5.465.005	4.515.983
Swap ponta passiva	(5.918.425)	(5.790.395)	(5.915.996)	(6.032.645)
Opção/Call Spread	1.101.817	1.112.117	519.672	77.061
Instrumento derivativo de hedge	<u>1.870.106</u>	<u>1.811.226</u>	<u>68.681</u>	<u>(1.439.601)</u>

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos, financiamentos, fornecedores e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/09/2019		31/12/2018	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 23)	1.557.757	6.487.123	1.518.029	5.882.060
Fornecedores (Itaipu Binacional)	30.871	128.561	69.166	268.004
	1.588.628	6.615.684	1.587.195	6.150.064
Euro				
Empréstimos e financiamentos – Euro (nota 23)	-	-	52	229
Passivo Líquido Exposto		6.615.684		6.150.293

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2020 será uma redução de 2,99% para o dólar (R\$4,04). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	Valor contábil	Cenário provável Dólar R\$4,04	Cenário possível Dólar R\$5,05	Cenário remoto Dólar R\$6,06
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos	6.487.123	6.293.338	7.866.673	9.440.007
Fornecedores (Itaipu Binacional)	128.561	124.721	155.901	187.081
	6.615.684	6.418.059	8.022.574	9.627.088
Passivo líquido exposto	6.615.684	6.418.059	8.022.574	9.627.088
Efeito líquido da variação cambial	-	(197.625)	1.406.890	3.011.404

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de swap para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “ Operações de Swap” desta nota explicativa.

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às taxas de juros nacionais	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Ativos		
Equivalentes de caixa (nota 5) – CDI	597.815	783.288
Títulos e valores mobiliários (nota 6) - CDI/Selic	875.890	812.234
Contas a receber – Renova (nota 32)- CDI	-	507.038
Fundos vinculados – CDI	15.809	90.993
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 15)	1.099.974	1.080.693
Ressarcimento – descontratação de energia – CDI	-	45.550
	2.589.488	3.319.796
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 23)	(3.872.213)	(4.919.571)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 23)	(244.753)	(249.454)
	(4.116.966)	(5.169.025)
Passivo Líquido Exposto	(1.527.478)	(1.849.229)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa Selic será de 4,50% e a taxa TJLP será de 5,22% em 30 de setembro de 2020. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	30/09/2019	30 de setembro de 2020		
	Valor contábil	Cenário provável Selic 4,5000% TJLP 5,2211%	Cenário possível Selic 6,2500% TJLP 6,5264%	Cenário remoto Selic 6,7500% TJLP 7,8317%
Ativos				
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras (nota 5)	597.815	624.717	631.442	638.168
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	875.890	915.305	925.159	935.013
Fundos vinculados	15.809	16.520	16.698	16.876
CVA e outros componentes financeiros – Selic (nota 15)	1.099.974	1.149.473	1.161.848	1.174.222
	2.589.488	2.706.015	2.735.147	2.764.279
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures – CDI (nota 23)	(3.872.213)	(4.046.463)	(4.090.025)	(4.133.587)
Empréstimos, financiamentos e debêntures – TJLP (nota 23)	(244.753)	(257.532)	(260.727)	(263.921)
	(4.116.966)	(4.303.995)	(4.350.752)	(4.397.508)
Ativo (Passivo) exposto líquido	(1.527.478)	(1.597.980)	(1.615.605)	(1.633.229)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(70.502)	(88.127)	(105.751)

Risco de inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de aumento da inflação em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à redução da inflação	30/09/2019	31/12/2018
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	436.498	395.743
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (TARD) – IGPM (nota 32)	326.564	247.010
Valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 12)	237.763	245.566
Transmissão – indenização a receber – IPCA (nota 15)	1.302.889	1.296.314
Bonificação de outorga – IPCA (nota 15)	2.459.835	2.408.930
	4.763.549	4.593.563
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 23)	(4.661.111)	(3.791.340)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) – IPCA	(590.335)	(651.966)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) – IPCA	(553.065)	(377.449)
	(5.804.511)	(4.820.755)
Ativo(Passivo) Líquido	(1.040.962)	(227.192)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 3º ciclo de revisão tarifária.

Análise de sensibilidade

No que se refere à probabilidade de aumento da inflação, em função da Companhia ter mais ativos do que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 3,42% e a taxa de IGPM será de 4,12% em 30 de setembro de 2020. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Alta da inflação	30/09/2019	30/09/2020		
	Valor contábil	Cenário provável IPCA 3,4166% IGPM 4,1162%	Cenário possível (25%) IPCA 4,2708% IGPM 5,1249%	Cenário remoto (50%) IPCA 5,1249% IGPM 6,1743%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição – IPCA (1)	436.498	451.411	455.140	458.868
Valores a receber do governo do Estado de Minas Gerais (TARD) – IGPM (nota 12)	326.564	340.006	343.367	346.727
Valores a receber do governo do Estado de Minas Gerais (AFAC) – IGPM (nota 32)	237.763	247.550	249.997	252.443
Transmissão – indenização a receber – IPCA (nota 15)	1.302.889	1.347.404	1.358.533	1.369.661
Bonificação de outorga – IPCA (Nota 15)	2.459.835	2.543.878	2.564.890	2.585.899
	4.763.549	4.930.249	4.971.927	5.013.598
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures – IPCA e IGP-DI (nota 23)	(4.661.111)	(4.820.363)	(4.860.178)	(4.899.988)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA	(590.335)	(610.504)	(615.547)	(620.589)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	(553.065)	(571.961)	(576.685)	(581.409)
	(5.804.511)	(6.002.828)	(6.052.410)	(6.101.986)
Ativo (Passivo) líquido	(1.040.962)	(1.072.579)	(1.080.483)	(1.088.388)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(31.617)	(39.521)	(47.426)

(1) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel após o 4º ciclo de revisão tarifária.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDB's e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pelas controladas é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já ocorrido pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março de 2015.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia e de suas controladas pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia e de suas controladas, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	45.302	429.361	1.890.686	8.843.239	8.433.926	19.642.514
Concessões a pagar	220	432	1.912	8.611	13.521	24.696
Dívida pactuada c/fundo de pensão Forluz (nota 25)	11.825	23.764	109.058	595.530	-	740.177
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 25)	5.252	10.539	121.294	210.649	659.439	1.007.173
Arrendamentos (nota 20)	8.434	16.866	75.649	152.219	482.340	735.508
	71.033	480.962	2.198.599	9.810.248	9.589.226	22.150.068
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.051.821	6.013	898	-	-	2.058.732
	2122.854	486.975	2.199.497	9.810.248	9.589.226	24.208.800

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	52.479	-	52.479
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Dívida pactuada c/fundo de pensão (Forluz) (nota 25)	582	1.169	5.366	29.300	-	36.417
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) (nota 25)	258	519	5.968	10.364	32.444	49.553
Arrendamentos (nota 20)	236	473	2.122	1.440	5.610	9.881
	1.076	2.161	13.456	93.583	38.054	148.330
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.826	-	-	-	-	1.826
	2.902	2.161	13.456	93.583	38.054	150.156

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Cemig D utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 30 de setembro de 2019, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$ 840.438.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Companhia e suas controladas administram o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria. Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia e suas controladas dividem a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.



As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) ¹
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 50%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 30%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Máxima de 30%	Entre 5% e 7%

¹ O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), é de 95% a 105% da energia contratada da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão da Cemig D por 30 anos, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.



A prorrogação está condicionada ao cumprimento de indicadores contidos no próprio contrato, que têm o objetivo de garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade econômico-financeira da empresa e são determinantes para a efetiva prorrogação da concessão nos primeiros cinco anos de contrato, uma vez que seu descumprimento em dois anos consecutivos ou no quinto ano acarreta a extinção da concessão.

Adicionalmente, a partir de 2021, o descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão de distribuição foram atendidos no período findo em 30 de setembro de 2019.

Risco hidrológico

A energia vendida pelas controladas da Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

As controladas da Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia e suas controladas encontram-se adimplentes com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente, exceto pelo descumprimento de “Covenant” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Mais detalhes na nota explicativa nº 23.

Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Total do Passivo	32.851.037	43.915.346	1.614.784	1.987.772
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(694.972)	(890.804)	(122.251)	(54.330)
(-) Fundos vinculados	(15.809)	(90.993)	(129)	(129)
Passivo líquido	32.140.256	42.933.549	1.492.404	1.933.313
Total do patrimônio líquido	17.211.635	15.939.327	17.207.297	14.578.719
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	1,87	2,69	0,09	0,13

34. REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL DA CEMIG D

Em 28 de maio de 2019, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Cemig Distribuição. O resultado homologado representou um reajuste tarifário médio de 8,73%, sendo a variação de custos da parcela B responsável por 1,60% desse índice tarifário. O percentual remanescente, de 7,13%, tem efeito econômico nulo para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, pois representam repasses diretos por meio da tarifa e referem-se aos seguintes itens: (i) aumento de 0,34% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão, e; (ii) aumento de 9,24% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a CVA em processamento, com efeito de 10,79%, e (iii) retirada de 2,45% dos componentes financeiros do processo anterior. Esse reajuste vigorará de 28 maio de 2019 até 27 de maio de 2020.

35. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás através de sua controlada Gasmig e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações. Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao período findo em 30 de setembro de 2019 e 2018 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019							
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO				
ATIVOS DO SEGMENTO	15.467.907	4.142.829	24.924.804	2.786.918	3.202.639	(462.425)	50.062.672
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.304.218	1.254.441	-	-	25.900	-	5.584.559
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA (nota 36)	-	-	1.258.111	-	-	-	1.258.111
ADIÇÕES AO SEGMENTO	70.006	-	21.190	891.833	5.810	-	988.839
ADIÇÕES AOS ATIVOS DE CONTRATO	-	150.158	605.141	30.239	-	-	785.538
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE							
RECEITA LÍQUIDA	5.347.651	520.203	11.694.909	1.375.996	289.486	(227.488)	19.000.757
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS							
Energia elétrica comprada para revenda	(2.825.618)	-	(5.381.699)	-	(6)	53.015	(8.154.308)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(142.377)	-	(1.098.492)	-	-	163.482	(1.077.387)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(1.100.302)	-	-	(1.100.302)
Total	(2.967.995)	-	(6.480.191)	(1.100.302)	(6)	216.497	(10.331.997)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS							
Pessoal	(158.424)	(88.190)	(673.710)	(33.336)	(27.762)	-	(981.422)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(22.484)	(15.656)	(109.480)	-	(12.323)	-	(159.943)
Obrigações pós-emprego	(37.011)	(28.303)	(205.866)	-	(32.916)	-	(304.096)
Materiais	(11.297)	(3.763)	(43.788)	(1.668)	(210)	20	(60.706)
Serviços de terceiros	(87.137)	(31.990)	(733.969)	(13.951)	(32.846)	5.948	(893.945)
Depreciação e amortização	(166.688)	(4.543)	(489.012)	(59.370)	(3.709)	-	(723.322)
Provisões (reversões) operacionais e ajustes para perdas operacionais	(920.261)	(114.596)	(1.048.610)	(1.117)	(190.838)	-	(2.275.422)
Custos de construção de infraestrutura	-	(150.159)	(626.330)	(30.239)	-	-	(806.728)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	303	(11.937)	(175.211)	(6.776)	3	5.023	(188.595)
Total do Custo de Operação	(1.402.999)	(449.137)	(4.105.976)	(146.457)	(300.601)	10.991	(6.394.179)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.370.994)	(449.137)	(10.586.167)	(1.246.759)	(300.607)	227.488	(16.726.176)
Resultado de equivalência patrimonial	(16.940)	179.032	-	-	(812)	-	161.280
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	959.717	250.098	1.108.742	129.237	(11.933)	-	2.435.861
Receitas financeiras	1.361.418	106.995	1.401.937	57.378	314.235	-	3.241.963
Despesas financeiras	(1.013.462)	(111.769)	(506.395)	(18.928)	(18.173)	-	(1.668.727)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.307.673	245.324	2.004.284	167.687	284.129	-	4.009.097
Imposto de renda e contribuição social	(642.708)	(32.163)	(752.665)	(56.642)	(118.595)	-	(1.602.773)
Lucro líquido do período proveniente de operações em continuidade	664.965	213.161	1.251.619	111.045	165.534	-	2.406.324
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS							
Lucro líquido do período proveniente de operações descontinuadas (nota 36)	-	-	224.067	-	-	-	224.067
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	664.965	213.161	1.475.686	111.045	165.534	-	2.630.391
Participação dos acionistas controladores	664.965	213.161	1.475.686	110.518	165.534	-	2.629.864
Participação de acionistas não controladores (nota nº 27)	-	-	-	527	-	-	527
	664.965	213.161	1.475.686	111.045	165.534	-	2.630.391



INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES*	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	15.083.981	3.925.781	21.490.936	1.900.985	304.058	1.625.398	(1.148.043)	43.183.096
INVESTIMENTO EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.618.530	1.152.096	1.841.593	-	-	24.876	-	7.637.095
ADIÇÕES AO SEGMENTO	228.926	-	543.859	40.302	8.631	184	-	821.902
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	12.726	-	-	-	-	-	12.726
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE								
RECEITA LÍQUIDA	4.795.883	478.258	10.443.959	1.186.796	-	97.316	(207.961)	16.794.251
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.921.763)	-	(5.696.990)	-	-	(2)	42.694	(8.576.061)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(171.357)	-	(1.119.124)	-	-	(1)	149.579	(1.140.903)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(897.903)	-	-	-	(897.903)
Total dos Custos Operacionais	(3.093.120)	-	(6.816.114)	(897.903)	-	(3)	192.273	(10.614.867)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(166.779)	(76.587)	(669.637)	(36.511)	(14.807)	(24.060)	-	(988.381)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(2.994)	(1.577)	(12.674)	-	351	(5.927)	-	(22.821)
Obrigações Pós-Emprego	(33.817)	(19.886)	(166.273)	-	-	(30.352)	-	(250.328)
Materiais	(30.493)	(2.967)	(38.542)	(1.271)	(973)	(190)	17	(74.419)
Serviços de Terceiros	(80.966)	(28.046)	(619.133)	(14.497)	(4.819)	(15.365)	9.991	(752.835)
Depreciação e Amortização	(122.768)	-	(440.055)	(54.796)	(1.166)	(319)	-	(619.104)
Provisões (Reversões) Operacionais	(74.742)	(4.097)	(251.112)	-	666	(72.833)	-	(402.118)
Custos de Construção	-	(12.726)	(543.860)	(35.620)	-	-	-	(592.206)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(61.537)	(11.515)	(177.001)	(8.535)	(2.866)	(7.367)	5.680	(263.141)
Total do Custo de Operação	(574.096)	(157.401)	(2.918.287)	(151.230)	(23.614)	(156.413)	15.688	(3.965.353)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.667.216)	(157.401)	(9.734.401)	(1.049.133)	(23.614)	(156.416)	207.961	(14.580.220)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(250.755)	160.055	19.582	-	(763)	(4.105)	-	(75.986)
RESULTADO OPER. ANTES DO RESULT. FIN. E IMPOSTOS	877.912	480.912	729.140	137.663	(24.377)	(63.205)	-	2.138.045
Receitas Financeiras	443.594	24.314	301.822	50.876	1.104	31.998	(2.246)	851.462
Despesas Financeiras	(1.502.090)	(3.694)	(493.217)	(27.028)	(4.107)	(10.902)	2.246	(2.038.792)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(180.584)	501.532	537.745	161.511	(27.380)	(42.109)	-	950.715
Imposto de Renda e Contribuição Social	(12.242)	(84.074)	(172.064)	(52.486)	8.659	24.093	-	(288.114)
RESULTADO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	(192.826)	417.458	365.681	109.025	(18.721)	(18.016)	-	662.601
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS								
Resultado do período prov. de op. Descontinuadas	-	-	-	-	35.648	-	-	35.648
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(192.826)	417.458	365.681	109.025	16.927	(18.016)	-	698.249
Participação dos acionistas controladores	(192.826)	417.458	365.681	108.507	16.927	(18.016)	-	697.731
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	518	-	-	-	518
	(192.826)	417.458	365.681	109.025	16.927	(18.016)	-	698.249

(*) Os ativos e passivos da Cemig Telecom foram incorporados à Cemig Holding em 31/03/2018.

A composição da Receita da Companhia e suas controladas, segregada por segmento para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2019, é conforme segue:

Jan à Set/2019	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	5.247.834	-	14.613.263	-	-	(56.864)	19.804.233
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	-	-	1.995.013	-	-	(18.109)	1.976.904
CVA e Outros Componentes Financeiros	-	-	45.119	-	-	-	45.119
Receita de Concessão de Transmissão	-	520.238	-	-	-	(145.361)	374.877
Receita de Construção da Transmissão	-	150.158	-	-	-	-	150.158
Receita de Indenização de Transmissão	-	124.057	-	-	-	-	124.057
Receita de Construção de Distribuição	-	-	626.331	30.239	-	-	656.570
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	10.689	-	-	-	10.689
Receita de Atualização Financeira de Bonificação pela Outorga	244.069	-	-	-	-	-	244.069
Transações com energia na CCEE	413.848	-	(6.602)	-	2	-	407.248
Fornecimento de Gás	-	-	-	1.713.122	-	(20)	1.713.102
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	-	-	(43.330)	-	-	-	(43.330)
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	424.403	-	830.333	-	183.827	-	1.438.563
Outras Receitas Operacionais	79.493	20.041	1.097.893	40	115.164	(7.134)	1.305.497
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(1.061.996)	(294.291)	(7.473.800)	(367.405)	(9.507)	-	(9.206.999)
Receita Operacional líquida	5.347.651	520.203	11.694.909	1.375.996	289.486	(227.488)	19.000.757

Para detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 28.

Jan a Set/2018	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	5.238.899	-	12.972.722	-	-	(47.974)	18.163.647
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	-	-	1.436.725	-	-	(16.767)	1.419.958
CVA e Outros Componentes Financeiros	-	-	1.783.790	-	-	-	1.783.790
Receita de Concessão de Transmissão	-	443.095	-	-	-	(132.802)	310.293
Receita de Construção da Transmissão	-	12.726	-	-	-	-	12.726
Receita de Indenização de Transmissão	-	208.164	-	-	-	-	208.164
Receita de Indenização da Geração	82.331	-	-	-	-	-	82.331
Receita de Construção de Distribuição	-	-	543.860	35.620	-	-	579.480
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão de distribuição	-	-	3.875	-	-	-	3.875
Receita de Atualização Financeira de Bonificação pela Outorga	245.730	-	-	-	-	-	245.730
Transações com energia na CCEE	188.135	-	986	-	2	-	189.123
Fornecimento de Gás	-	-	-	1.452.443	-	(16)	1.452.427
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	-	-	(31.596)	-	-	-	(31.596)
Outras Receitas Operacionais	59.410	31.729	1.005.992	9	104.537	(10.402)	1.191.275
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(1.018.622)	(217.456)	(7.272.395)	(301.276)	(7.223)	-	(8.816.972)
Receita Operacional líquida	4.795.883	478.258	10.443.959	1.186.796	97.316	(207.961)	16.794.251

36. ATIVOS E PASSIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Os ativos e passivos classificados como mantidos para venda e os resultados de operações descontinuadas, em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são conforme segue:

Consolidado e controladora	30/09/2019					
	Investimentos					
Ativos	1.258.111					
Passivos	-					
Ativo Líquido	1.258.111					
Atribuível aos acionistas controladores	1.258.111					
Atribuível aos acionistas não controladores	-					
RESULTADO LÍQUIDO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS						
Atribuível aos acionistas controladores	224.067					

	31/12/2018					
	Consolidado			Controladora		
	Investimentos	Ativos de Telecom	Total	Investimentos	Ativos de Telecom	Total
Ativos	19.446.033	-	19.446.033	1.573.967	-	1.573.967
Passivos	(16.272.239)	-	(16.272.239)	-	-	-
Ativo Líquido	3.173.794	-	3.173.794	1.573.967	-	1.573.967
Atribuível aos acionistas controladores	1.817.746	-	1.817.746	1.573.967	-	1.573.967
Atribuível aos acionistas não controladores	1.356.048	-	1.356.048	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	72.880	290.542	363.422	31.465	276.012	307.477
Atribuível aos acionistas controladores	32.027	290.542	322.569	31.465	276.012	307.477
Atribuível aos acionistas não controladores	40.853	-	40.853	-	-	-

Em 27 de novembro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou por manter como prioridade para 2019, no contexto do programa de desinvestimentos da Cemig, o compromisso firme para a alienação das ações de emissão da controlada Light S.A. ("Light") de sua propriedade, em condições compatíveis com o mercado e que atenda ao interesse dos acionistas.

Adicionalmente, a Companhia avaliou que o seu investimento na Light atende aos critérios do Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e que sua venda é considerada altamente provável no futuro próximo. A Companhia avaliou também os efeitos nos investimentos detidos nas empresas LightGer, Axxiom, Guanhães e UHE Itaocara, controladas em conjunto com a Light.

Alienação de participação e controle da Light

Em 17 de julho de 2019, no âmbito da oferta pública de ações realizada pela Light, a Companhia alienou 33.333.333 de ações desta investida de sua titularidade ao preço de R\$18,75 por ação e no valor total de R\$625.000.

Adicionalmente, com a conclusão da oferta pública de ações pela Light, a participação da Companhia no capital social total desta investida, que era de 49,99%, passou a ser de 22,58%, o que limitou o seu direito de voto nas assembleias dos acionistas e, conseqüentemente, a sua capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Assim, nessa data, com a alteração da participação societária da Light, a Companhia perdeu o poder que lhe garantia o controle sobre esta investida. Nessas circunstâncias, a Companhia baixou os ativos e passivos da ex-controlada e reconheceu, pelo valor justo, a sua participação remanescente como investimento em coligada ou empreendimento controlado em conjunto, nos termos do IFRS 10 / CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas.

Uma vez que a Companhia mantém o compromisso firme de alienação da participação remanescente na Light até o final de 2019, o investimento nesta empresa continuou classificado como ativo mantido para venda de acordo com as previsões estabelecidas no CPC 31 / IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, pelo seu valor justo, subtraído-se o seu custo de venda. A diferença entre o valor contábil da participação remanescente e o seu valor justo foi reconhecida no resultado do exercício.

A Companhia baixou também os ativos e passivos das ex-controladas Itaocara, Guanhões, Lightger e Axxiom e reconheceu a sua participação remanescente nessas investidas a valor justo como investimento em empreendimento controlado em conjunto, avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Esses investimentos, que são controlados em conjunto com a Light, não foram classificados como mantidos para venda e operações descontinuadas, tendo em vista que a Companhia não tem a intenção de alienação dessas participações. Para mais informações, ver nota explicativa nº 16.

Os efeitos contábeis decorrentes da alienação de participação e da perda de controle da Light estão demonstrados na tabela a seguir:

Consolidado	Resultado de alienação de participação	Remensuração da participação remanescente					
	Light	Light	Lightger	Guanhões	Axxion	Itaocara	Total
Participação anterior – ativos mantidos para venda	(514.597)	(1.059.370)	(125.858)	(141.357)	(4.397)	(5.195)	(1.850.774)
Receita de alienação de participação	625.000	-	-	-	-	-	625.000
Remensuração a valor justo da participação remanescente		1.258.111	127.970	131.260	4.438	4.812	1.526.591
Outros	-	-	-	3.234	5.093	-	8.327
Efeito no resultado antes dos impostos	110.403	198.741	2.112	(6.863)	5.134	(383)	309.144
Imposto de Renda e Contribuição Social	(37.537)	(47.540)	-	-	-	-	(85.077)
Total do Ativo	72.866	151.201	2.112	(6.863)	5.134	(383)	224.067

Do resultado total decorrente da alienação do controle da Light, no montante de R\$224.067, o valor de R\$72.866 refere-se ao ganho de capital líquido de tributos resultante da venda das 33.333.333 ações, considerando como custo destas ações o resultado da aplicação do percentual da participação vendida sobre o ativo mantido para venda na data da alienação. A remensuração a valor justo da participação remanescente na Light considerou o preço de venda das ações na data da perda do controle (nível 1 de hierarquia do valor justo), reduzida dos custos estimados para a venda no montante de R\$28.538.

As informações dos ativos e passivos da Light, cujo investimento detido pela Companhia encontra-se classificado como ativo mantido para venda em 30 de setembro de 2019, estão apresentadas a seguir:

	30/09/2019		30/09/2019
ATIVO		PASSIVO	
Caixa e equivalente de caixa	455.743	Fornecedores	2.258.300
Títulos e valores mobiliários	1.596.528	Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.535.004
Consumidores e revendedores	2.381.542	Impostos, taxas e contribuições	64.953
Tributos compensáveis	138.553	Imposto de renda e contribuição social a pagar	436.238
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	82.157	Outros débitos	693.611
Ativos financeiros do setor	545.060	Total do Passivo Circulante	4.988.106
Estoques	41.728		
Outros créditos	377.218	Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.731.087
Total do Ativo Circulante	5.618.529	Impostos, taxas e contribuições	259.468
		Tributos diferidos	621.782
Consumidores e revendedores	1.363.844	Outros passivos não circulantes	4.224.378
Tributos compensáveis	6.224.000	Total do Passivo Não Circulante	12.836.715
Ativo financeiro da concessão	4.505.492		
Imobilizado	1.550.699	Capital social	4.051.285
Intangível	2.830.885	Reservas de capital	1.534
Ativo de contrato	639.357	Reservas de lucros	929.056
Investimento	581.675	Ajustes de avaliação patrimonial	324.009
Instrumentos financeiros derivativos swap	685.390	Outros resultados abrangentes	(101.493)
Outros ativos não circulantes	735.623	Lucros acumulados	1.706.282
Total do Ativo Não Circulante	19.116.965	Total do Patrimônio Líquido	6.910.673
Total do Ativo	24.735.494	Total do Passivo	24.735.494

37. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$23.352 no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 (R\$23.508 em 30 de setembro de 2018);
- incorporação das subsidiárias integrais RME e LUCE, em 24 de abril de 2019, sem efeitos no fluxo de caixa da Companhia, exceto pelo saldo de caixa e equivalentes recebido das incorporadas, no montante de R\$22.444.



- Reconhecimento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante de R\$3.013.844. Mais informações na nota explicativa nº 9.

* * * * *

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Cledorvino Belini
Diretor-Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Maurício Fernandes Leonardo Júnior
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor de Distribuição

Daniel Faria Costa
Diretor Cemigpar

Paulo Mota Henriques
Diretor de Geração e Transmissão

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor de Regulação e Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC-MG 77.839